

Religião e poder

Eduardo Galeano

Emerson Giumbelli

Francisco Catão

Ivone Gebara

Jorge Muñoz

Leonildo Silveira Campos

Marcelo Barros

Reinaldo Gonçalves

Zwinglio M. Dias



### PROJETOS

Projeto Egípcio - Territórios Negros  
Educação para o Diálogo e a Solidão  
Aids e Igras  
Trabalho

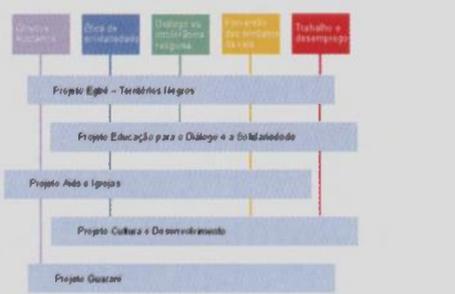
OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES

### Cultura e Desenvolvimento

Após mais de vinte anos de luta, a população afetada pela barragem de Napatika, considerada politicamente pelo Pálo Sindical, tem muito pouco a comemorar. Os dados que KOINONIA publicou em 1994 sobre a situação dos projetos de irrigação praticamente não foram afetados. Nos últimos anos a política de governo federal para a região vem sendo afetada pela pauta imposta pelo programa de privatização, que gerou pelo menos duas...



### PROJETOS



OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES

### OPINIÃO

#### Notas conjunturais: perspectivas ecumênicas

Para KOINONIA e muitos de seus parceiros, ecumenismo despensa adjetivos. Isto porque KOINONIA define o trabalho ecumenismo em caráter tridimensional, ou seja, a nossa concepção de ecumenismo computa simultaneamente a unidade dos cristãos, o diálogo inter-religioso, e a unidade com todos aqueles envolvidos na luta em favor da justiça, da paz e da integridade da criação.

De posse da conclusão anterior, as notas que seguem enumeraram alguns aspectos de preocupação com a conjuntura da ecumenia.

- Sabe-se que a lógica inerente às instituições está sempre em conflito com a dinâmica dos movimentos. Assim sendo, as questões de poder e sobrevivência institucional costumam erigir barreiras de separações ecumênicas. Em decorrência disso, mesmo articulações do movimento ecumenico internacional via Conselho Mundial de Igrejas (CMI) sofrem sérios prejuízos.
- A par disso, é oportuno sublinhar que uma e pensamento teológico ecumenico - o esperac configura como o cerne do movimento ecumenico exclusivamente nas instituições eclesias profundamente preocupadas com sua auto-reg radicalidade desse pensamento e desse teos fragmentar e ecumenismo. Em outras palavras preocupação ecumenica a uma linha de trabai

O diálogo inter-religioso, tem diante de si obstáculos

OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES

### JORNAL DE GERAÇÃO

si de uma política sindical dirigida a impõe ao Pálo Sindical dos Trabalh

### OUTRAS PUBLICAÇÕES

#### Catálogo de publicações

LANÇAMENTO

**Narcotráfico e violência no campo**  
Ano 22 n.º 342  
Abril/Abril de 2000

OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES

### TEMPO E PRESENÇA

OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES




Resumo dos artigos  
Editorial  
Quem somos nós?  
Faça sua assinatura  
Escreva para nós

#### SUMÁRIO

FEDICAL, REVERTER, RESISTIR (DEFORMAÇÃO)  
O tempo humano da criação: propósito e pós-provação em tempos neobiblicos  
Liber do Vale e Saneamento Lido

REVENÇÃO  
Educação popular sempre um debate  
Doutor Costa

FORMAÇÃO  
Política de ensino superior: perspectivas

### KOINONIA

Presença Escutadas e Serviço

Associação sem fins lucrativos, formada por pessoas de igreja cristã e de outras expressões de fé, além de líderes do movimento social. Tem como principal fundamento e compromisso com o ecumenismo e a democracia tendo em vista a luta em favor da cidadania, contra toda forma de exclusão humana.

OPINIÃO  
TEMPO E PRESENÇA  
OUTRAS PUBLICAÇÕES

Visite o *web site* de KOINONIA para saber mais sobre a instituição, seus projetos e atividades. Leia textos instigantes e atuais na página Opinião e envie seus comentários. Conheça nossas publicações, e mantenha-se atualizado sobre as novas edições de TEMPO E PRESENÇA. Visite, navegue, comente e opine: [koinonia.org.br](http://koinonia.org.br)

**KOINONIA Presença Ecumênica  
e Serviço**Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (21) 224-6713  
Fax (21) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org  
www.koinonia.org.br**CONSELHO EDITORIAL**Emir Sader  
Francisco Catão  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Maria Luiza Rückert  
Sérgio Marcus Pinto Lopes**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jether Pereira Ramalho  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves**EDITOR**

José Bittencourt Filho

**EDITORA ASSISTENTE E  
JORNALISTA RESPONSÁVEL**Helena Costa  
Mtb 18619**EDITORA DE ARTE  
E DIAGRAMADORA**

Anita Slade

**COPIDESQUE**E REVISOR  
Carlos Cunha**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**

Mara Lúcia Martins

**CAPA**Anita Slade. Fotos R. Todd, Nando Neves.  
Ilustração Marta Strauch**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Roberto Dalmaso

**FOTOLITOS**

GR3

**IMPRESSÃO**

Clip

Os artigos assinados não traduzem  
necessariamente a opinião da Revista.**Preço do exemplar avulso**

R\$ 3,00

**Assinatura anual**

R\$ 18,00

**Assinatura de apoio**

R\$ 25,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

**KOINONIA****Juventude, diversão, cultura  
e sindicalismo rural**

6

**RELIGIÃO E PODER****TRANSCENDÊNCIA****Teologia e poder: uma reflexão teológica**

7

Francisco Catão

**SONHOS****O governo legítimo nasce do Espírito:  
origem e legitimação do poder nas igrejas  
e no mundo**

10

Zwinglio M. Dias

**FIDELIDADE****A igreja do poder e a comunidade  
da fraqueza**

15

Marcelo Barros

**PARAÍDOS****Composições e recomposições  
do poder espiritual e político**

20

Leonildo Silveira Campos

**REDEFINIÇÃO****Liberdade religiosa: ponto-de-interrogação**

24

Emerson Giumbelli

**TEOLOGIA****A Grande Mãe**

27

Ivone Gebara

**DEMITOLOGIZAÇÃO****A nova economia e o fetichismo  
tecnológico**

29

Reinaldo Gonçalves

**DIGNIFICAÇÃO****População de rua: anotações em torno  
da metodologia**

32

Jorge Muñoz

**HIPOCRACIA****A monarquia universal**

35

Eduardo Galeano

**RUBEM ALVES****Sou obrigado a votar...**

37

## Discutir a temática proposta por esta edição

parece tratar-se de um exercício ocioso. Afinal de contas, desde a antiguidade religião e poder sempre foram duas faces da mesma moeda. Contudo, a cada nova configuração civilizatória, a problemática reaparece desafiando os que se ocupam em tentar interpretá-la. Na presente transição cultural — denominada pós-moderna —, o assunto ressurgiu com uma força inesperada para muitos, em virtude da efervescência religiosa que se verifica por todos os quadrantes do mundo. Nesse particular, a situação brasileira é emblemática: temos o mago mais lido do planeta; exportamos a Assembléia de Deus para Moscou, a Igreja Universal do Reino para Paris, e a Umbanda para Buenos Aires. Sem contar o mosaico religioso altamente complexo no plano interno, constituído pelas propostas e pelas sínteses religiosas mais inusitadas. A par disso, um apetite cada vez mais voraz das religiões institucionalizadas por fatias do poder estatal no País e no Continente. Estaríamos assistindo à configuração de uma nova 'cris-tandade terceiro-mundista'?

No caso do catolicismo romano o que temos visto é o papado diversificar estrategicamente suas diretrizes. Promove um amplo ecumenismo, no intuito de extrair o máximo das reservas morais ainda existentes, como contraponto ao pragmatismo deletério inerente ao modelo capitalista pós-industrial. Além, disso, com esses gestos ecumênicos, o catolicismo oficial estaria cedendo parte do seu prestígio para as grandes religiões, ou seja, a oportunidade de elas se manterem relevantes num mundo cada vez mais secularista no plano das relações sociais. As contramarchas resultantes das infelizes declarações do cardeal Ratzinger representam apenas um 'acidente de percurso', ou funcionam como uma espécie de protesto da ortodoxia que continua demarcando cuidadosamente os seus limites territoriais. Para satisfazer as massas anônimas engolfadas pelo sistema, investe no carisma e, assim, concorre em igualdade de condições com outras propostas religiosas dotadas de grande apelo popular.

Desde a eleição de Fernando Collor, a participação de pentecostais na política institucional nos municípios, nos estados e no plano federal tende a consolidar-se. Os fiéis continuam votando nos 'seus' candidatos, consoante a uma postura pragmática de defesa dos interesses corporativos. As lideranças incentivam essa postura, pois sabem que isso bem pode redundar na aquisição de concessões de emissoras de rádio e televisão, terrenos para a construção de templos e prédios adjacentes, e outras formas de acumulação patrimonial. Assim, o círculo se fecha: quanto mais patrimônio, mais canais de comunicação com as massas, maiores possibilidades de formar opinião, mais prestígio, mais poder e melhores condições de barganha política. No tocante aos pentecostais, a reflexão sobre religião e poder inclui necessariamente ingredientes econômicos significativos.

No campo religioso brasileiro o que mais chama a atenção é a corrida entre as propostas religiosas para possuírem um espaço significativo na mídia. Como já se sabe há muito tempo, "o meio é a mensagem". Assim sendo, as agremiações religiosas vão reduzindo e minimizando as mensagens de modo a adaptá-las aos meios eletrônicos. Dessa maneira, realimentam as tendências reducionistas, utilitaristas e mágicas, enraizando ainda mais o confinamento da religião ao plano subjetivo — fenômeno considerado típico destes tempos pós-modernos. Mais do que nunca, faz-se presente de modo agressivo a 'guerra santa'; intercurso incessante de símbolos; a apropriação indébita de símbolos alheios, assim como a perversão de símbolos.

Neste quadro, sai prejudicada a proposta de um amplo e genuíno diálogo inter-religioso e do ecumenismo; uma vez que a lógica do sucesso e da competitividade parece tomar-se insuperável.

Nessa linha promovemos e publicamos o presente debate. Não pretendemos que ele seja exaustivo. Entendemos que se trata apenas de uma imprescindível retomada, que esperamos, venha a incentivar outras reflexões.

Faça bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

Prezados amigos

Há tempo sou assinante dessa importante fonte de notícias e de informação sobre temas tão candentes e decisivos para nossa caminhada de líderes e para a formação da consciência de cidadãos.

Gostaria de saber quando vence minha assinatura pois sei que se já não venceu está por vencer. Também os convido a conhecerem minhas publicações, especialmente a última sobre o ecumenismo: *Renovar-se no espírito na unidade; Cristo, resposta divina à condição humana; O grito do pobre – Uma reflexão bíblico-teológica sobre a opressão*, todos da Editora Ave Maria.

Um forte abraço a todos e força na luta por um Brasil melhor.

*Pe. Ângelo Virgílio Pellá*  
Villa Nova/PR

Prezados,

Gostaria primeiramente de parabenizar a equipe que prepara essa revista, pois está sendo de grande formação para mim. Faço parte de um movimento popular (MAC – Movimento de Adolescentes e Crianças) que além de desenvolver um trabalho com adolescentes e crianças, também o faz com jovens e adultos; assim, a revista tem sido muito válida nas nossas reflexões.

Recebi apenas o 3º comunicado da secretaria de TEMPO E PRESENÇA e queria informar que o motivo pelo qual não renovei a assinatura é que ela é uma assinatura de presente, ou seja, recebo a revista como presente de uma outra pessoa que no momento não se encontra em nosso país. Essa pessoa

só voltará no próximo ano e nada me comunicou a respeito da assinatura da revista.

Apresento aqui minhas desculpas por não ter me comunicado antes, informo também que no momento me encontro desempregada, mas farei o possível para renovar a assinatura brevemente. Estou consciente de que se não fizer, perderei um instrumento de formação, além de que tenho esperança de ver e acredito numa sociedade mais justa, igualitária que só acontecerá com parceria e apoio de todos.

*Rita Gonçalves*  
Catu/BA

Prezados senhores,

Valho-me da presente para renovar minha assinatura de TEMPO E PRESENÇA, revista esta que já faz parte do meu cotidiano devido à riqueza e atualidade de seus artigos, que muito contribuem para o desempenho de meus trabalhos pastorais.

Gostaria, se fosse possível, que, vez por outra, pudessem publicar algum artigo do eminente professor Leonardo Boff, a exemplo do que ocorre com o frei Betto, de quem sou também grande admirador! São pessoas que dão valiosas contribuições à sociedade, dada a profundidade de saber e cosmovisão de que são alvos, sem se considerar a audácia profética com que abordam seus trabalhos!

Cumprimentando-os pelo cabedal extraordinário da TEMPO E PRESENÇA, deixo nosso abraço,

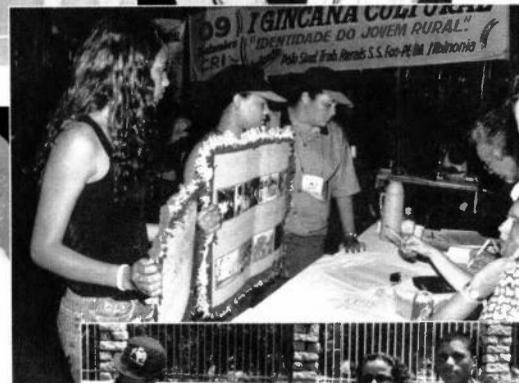
Fraternalmente,

*Napoleão Nogueira da Silveira Reis*  
Ipatinga/MG



## Juventude, diversão, cultura e sindicalismo rural

No dia 9 de setembro deste ano aconteceu um fato intrigante: 300 jovens, moças e rapazes, de 7 municípios do norte da Bahia e sul de Pernambuco, reuniram-se na cidade de Jatobá (PE), no antigo acampamento dos trabalhadores que construíram a usina de Itaparica, para participarem de uma *Gincana Cultural* que discutiu a memória, a identidade e o projeto da juventude rural do Submédio São Francisco. O que há de intrigante? A assessoria que KOINONIA tem prestado a essa experiência permite levantar algumas indicações. Primeiramente, é intrigante porque esse evento não foi um fenômeno isolado, mas sim fruto do processo de organização do departamento de juventude do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. O departamento, criado em 1997, realizou o primeiro encontro da juventude do Submédio em 1998; em 1999 organizou o coletivo de jovens (instância de organização) e realizou a primeira Olimpíada do Submédio (com a participação de mais de mil atletas). A Gincana é fruto de um processo de diálogo entre o sindicalismo rural e a juventude camponesa do Submédio São Francisco. Em segundo lugar, é intrigante a visão da identidade juvenil camponesa. A juventude tem a percepção da construção da identidade camponesa de um modo dialético: reconstrução da memória de lutas e projeto de enfrentamentos com os desafios da realidade. A juventude do Submédio, que vive nos projetos de irrigação e na área seca, possui uma referên-



lado, enfrentam cotidianamente, entre outros problemas, a ausência de transportes públicos; a (in)segurança pública; o descolamento do ensino público da realidade rural. Uma Gincana Cultural, promovida pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco, vai construindo a identidade juvenil camponesa, entre-meando a reconstrução das lutas e os anseios por melhores condições de vida. Em terceiro lugar: é intrigante o modo pelo qual se constrói uma política sin-

dical de geração voltada para a juventude. O Pólo Sindical do Submédio São Francisco sabiamente reconhece que há uma dimensão lúdica no afazer sindical. Não é um sindicalismo sisudo aquele que quer contar com a força, o vigor e a criatividade da juventude. É um sindicalismo que se abre aos questionamentos e procura sempre caminhos que ratifiquem as conquistas e os enfrentamentos com os poderes. 

# Teologia e poder: uma reflexão teológica

Francisco Catão

Ao longo da história o pensar "religioso" de Jesus (a autoridade é serviço) não se pôde manter alheio ao poder, o que resultou num constante enfrentamento da religião *versus* poder. Em vista do fato de que transcendência é uma experiência humana avaliada teologicamente em cada cultura, então a solução de tal enfrentamento será também tecida em cada teologia

Quando o teólogo cristão se debruça hoje sobre a questão do poder, percebe logo a impossibilidade de estabelecer uma ponte entre a Escritura, a tradição judaico-cristã e a problemática atual da relação entre religião e poder, sem tentar esclarecer os pressupostos epistemológicos que distinguem o saber teológico da prática mais generalizada das ciências humanas, no estudo do fenômeno religioso. Limitar-nos-emos a tratar dessas preliminares, ante a questão, das relações entre a religião e o poder.

## O PROBLEMA DA RELIGIÃO

O estudo do fenômeno religioso é recente entre nós. Herdamos uma cultura racionalista, positivista, laica e se-

cularizada, que dá cada vez mais importância à mecânica das relações econômicas e alimenta um clima cultural em que a religião, relegada à esfera privada, é deixada de lado tanto pelas políticas públicas como pelos intelectuais orgânicos, da cultura e da universidade, de esquerda e de direita.

Difundiu-se assim a idéia de que religião é negócio de igrejas ou agremiações congêneres, que não deveriam intervir na vida pública, mas ficar o mais distantes possível do poder. O que nunca, aliás, aconteceu.

Além disso, nas últimas décadas, se tem observado nos países mais adiantados uma mudança significativa no conceito de laicidade. Pensada desde os fins do século passado, como um posicionamento anti-eclesiástico e

anti-religioso, a 'nova laicidade', como muitos a denominam, é entendida antes como a característica de uma sociedade em que se reconhece plenamente a autonomia do ser humano e de sua atividade histórica e temporal, sem negar sua vocação transcendente.

Desenha-se então um caminho de superação do laicismo, pela tomada de consciência do lugar central que a religião sempre ocupou em todas as sociedades humanas. É importante observar que essa reconsideração do lugar da religião na vida das pessoas e das sociedades é fruto do desenvolvimento das próprias ciências humanas. A história, a antropologia, a psicologia, a sociologia e até mesmo a filosofia, para não mencionar a evolução da literatura e das artes, desde o sécu-



Marta Strauch

lo XIX, só fizeram tornar evidente o lugar de destaque que a religião, sob suas mais variadas formas, ocupou e continua a ocupar, na vida humana, das pessoas e da sociedade. Pode-se dizer que hoje todas as ciências humanas reconhecem que o ser humano não escapa ao sagrado, pode apenas deslocá-lo da percepção interior do sentido da vida, para realidades ou valores deste mundo: a razão, a ciência, a cultura e a arte, por exemplo, quando não a dominação, o dinheiro, o divertimento e o sexo.

Todavia, por sua problemática voltada para as realidades deste mundo, as ciências humanas tendem a estudar a religião tal como é efetivamente vivida pelos humanos, correndo o risco de suscitar problemas insolúveis, dada a natureza *sui generis* do fenômeno religioso, irredutível às causas determinantes de seu perfil concreto, por comportar, na sua própria natureza, a referência à transcendência.

Uma das questões que acompanham de perto todas as manifestações religiosas estudadas pelas ciências, chamadas hoje, da religião, é precisamente a questão do poder, cuja ambigüidade só encontra solução na perspectiva do reconhecimento da vocação transcendente do ser humano, por definição inacessível a toda ciência como tal.

### PODER E RELIGIÃO

À primeira vista “parece um exercício ocioso, falar a respeito de religião e poder”, dizia a ementa que motivou esta reflexão. Trata-se, entretanto, de uma questão central. Desde as origens, o comportamento humano é atravessado pelo sentimento de que se vive num mundo sujeito a forças superiores, cósmicas, celestes, do bem e do mal, de tal sorte que, para sobreviver, é preciso captar-lhes o favor e às vezes até

apacá-las, com o sacrifício do que nos é mais caro.

O conjunto dessas ‘experiências elementares’ levou o ser humano a referir sua subsistência e de seu grupo, família, clã, sociedade, aos poderes de que dependem a fecundidade e o alimento, sem o que pereceriam. Personalizaram-nos a tal ponto, que os vieram a considerar verdadeiros senhores do mundo, de que dependem a vida e a morte. Até hoje, por exemplo, na tradição judaico-cristã, denomina-se Deus, o criador de que dependem todas as coisas (Gênesis 1.1), “o Senhor que é UM” (Deutronômio 6.4) ou o Todo-Poderoso, como diz o *Credo* cristão. O poder está assim no centro da religião.

Compreende-se portanto que, na perspectiva de nossa tradição religiosa, o poder na gênese e no centro da religião explica também que a instituição religiosa tenda sempre a se apresentar como representante dos poderes que dominam a vida, reclamando a submissão dos humanos, pessoas e sociedades.

### PODER VERSUS RELIGIÃO

A história do Ocidente, que em grande parte coincide com a história da tradição judaico-cristã nestes três últimos milênios, passou por uma profunda evolução, que se poderia analisar do ponto de vista da dialética entre poder e religião.

#### *A religião do poder*

Numa primeira fase, o povo hebreu se constituiu na base da convicção de que todo poder está nas mãos de Deus. Ele cria todas as coisas, coloca o ser humano em posição privilegiada, com a missão de dominar a terra e faz com ele uma aliança que lhe deve assegurar vida feliz e paz para todos os povos.

A história tem mostrado a inabilidade de se querer uma religião sem poder, isenta de qualquer relação com o poder, mas também a precariedade, ou mesmo, a inviabilidade da religião baseada no poder

Religião e poder caminham juntos. O rei é ungido pelos profetas, homens de Deus, e o povo deve submissão religiosa ao rei, escolhido de Deus. Essa vinculação de poder e religião, e vice-versa, atravessará a história do Ocidente até os dias de hoje. Basta considerar a intensidade das múltiplas tensões politico-religiosas da atualidade.

#### *A religião de Jesus*

A tensão entre religião e poder, que atravessa toda tradição religiosa judaica, atinge um ápice em Jesus, cuja religião foi rejeitada pelas estruturas do poder, não apenas porque nelas não se apoiava, mas, sobretudo, porque sua posição de relativização da lei foi interpretada como rejeição, a tal ponto se estava indebitamente identificando a religião com o poder, divinizando as práticas religiosas, quando Deus quer a misericórdia, não os sacrifícios.

A religião de Jesus como as demais está sujeita às contingências da história, não pode negar o poder da instituição terrena, mas sua originalidade reside no fato de que atribui àqueles que exercem a autoridade um papel diverso do habitual, não mais de dominação, mas de serviço. Lança-se assim na história o germe de uma nova relação entre religião e poder, que cresce até hoje como o trigo no meio do joio da lógica de dominação, de que só poderá ser separado no fim dos tempos.

A reação da instituição à religião de Jesus, que apelava para um poder mais alto e pregava o exercício da autoridade como serviço, mais do que inerente à tradição judaica, como muitos a interpretam, depende da própria condição histórica da humanidade. No decurso de dois mil anos da comunidade cristã, nas muitas maneiras institucionalizadas de agir, prevalece de certa maneira até hoje, não no discurso talvez, mas na prática, mais o poder de dominação do que estruturas efetivas de serviço.

#### *Dois mil anos de história*

Com dois mil anos de distância, podemos hoje avaliar o destino da proposta de Jesus. Seria uma ingenuidade pensar na possibilidade de uma religião historicamente dissociada de todo o poder. A herança de Jesus, cedo ou tarde, revestir-se-ia dos recursos indispensáveis à constituição e à continuidade de toda comunidade humana, e que valem também para as religiões.

Deve-se, porém, reconhecer que a originalidade das soluções institucionais cristãs deixou muito a desejar, a tal ponto foi influenciada quer pelo judaísmo do tempo de Jesus, quer pelas estruturas vigentes no mundo greco-romano, em que o cristianismo chegou a se tornar a religião do Império, no fim do século IV.

Dessa forma a tensão religião vs. poder e poder vs. religião perpetuou-se na história e está longe de ser resolvida. Em alguns momentos e em certos movimentos espirituais parece prevalecer a força renovadora do Espírito, denunciando a instituição, em particular seus abusos de poder. Em outros prevalece a força da instituição, consolidando-se o poder religioso, a ponto de colocar acima da fidelidade ao Espírito, sob alegação de fidelidade à religião de Jesus, o domínio reli-

gioso e o entendimento mais ou menos profundo com o poder civil.

A história tem mostrado a inaniidade de se querer uma religião sem poder, isenta de qualquer relação com o poder, mas também a precariedade, ou mesmo, a inviabilidade da religião baseada no poder.

#### *Um problema teológico*

Como formular, do ponto de vista teológico, as relações entre religião e poder? Primeiro é preciso distinguir as ciências da religião da teologia. As primeiras se fazem em continuidade com as ciências humanas, dando contribuição indispensável à análise do fenômeno religioso como fenômeno humano.

A teologia também estuda o comportamento religioso do ser humano, de um ponto de vista, porém, mais hermenêutico do que explicativo, pois o estuda como expressão da percepção do sentido transcendente da vida humana, ou seja, do que, na nossa tradição religiosa, denominamos Deus.

Dado que o ser humano tem acesso à experiência da transcendência, a teologia pode e deve ser elaborada em todas as tradições religiosas, sem o que, o estudo da religião se tornaria vão ou aleijado, pois se faria independentemente da experiência que anima por dentro toda religião.

Mas como a experiência humana da transcendência se exprime necessariamente numa tradição religiosa ou cultural, a multiplicidade de culturas, até dentro da mesma tradição religiosa, suscita uma multiplicidade de teologias. A questão da relação entre religião e poder se resolverá, pois, diferentemente em cada teologia.

#### *A teologia cristã do poder*

Na tradição teológica cristã a questão do poder foi sempre colocada em pelo

menos três registros: o poder de Deus, o Pai, o de Jesus e do Espírito; a autoridade da Igreja; e a doutrina teológica da autoridade civil, do Estado.

Inútil querer sequer formular as diversas respostas que foram dadas às mil e uma questões levantadas em cada um destes itens. Seja-nos permitido, porém, observar que há uma dualidade de posições que atravessa todos os quesitos. Uns concebem o poder como um absoluto, outros o sujeitam à ordem da sabedoria divina. Assim, o desígnio de salvação, no segundo caso, é participado pelos humanos, pessoas e sociedade, chamados a se associar livremente à sua vontade, e no primeiro, imposto pela vontade todo-poderosa de Deus. Esta posição, geralmente designada como augustinismo político, prevaleceu durante séculos na tradição cristã, mas hoje cede cada vez mais terreno a diversas formulações da outra posição, que somente parece poder enfrentar com um mínimo sucesso as questões atualmente levantadas, a começar pela mais grave talvez: como falar de Deus depois de Auschwitz?

No ambiente pluralista em que vivemos somos levados a pensar na necessidade de uma revolução profunda na teologia cristã do poder, revolução, aliás, já esboçada no Vaticano II, quando se propôs a substituição da moral da lei e da obrigação por uma moral da consciência e da liberdade. Quem sabe isso não nos acabaria levando a um autêntico anarquismo cristão? O nome assusta, mas precisaríamos reformular o cristianismo para pensar a vida humana e a instituição cristã, não mais em termos de submissão ao poder, seja ele de Deus, mas de liberdade, da liberdade do Espírito, para a qual Jesus nos libertou. ☞

Francisco Catão, doutor em Teologia e professor de Teologia do Instituto Pio XI, SP.

# O governo legítimo

## origem e legitimação do poder

Zwinglio M. Dias

Uma análise de como as comunidades cristãs, inicialmente movidas pelo Espírito, se deixaram 'subornar' e desistiram de abrir-se para o mundo. Recolheram o Espírito aos escaninhos dos seus axiomas eclesiásticos e de suas instituições, acabando por deixar apenas à burguesia e ao Estado os espaços públicos da economia, da política e da sociedade

### DA "IGREJA ABERTA AO MUNDO" À "IGREJA DO IMPÉRIO"

É um fato de fácil constatação que as igrejas cristãs atravessam hoje um momento de crise profunda e que, por todos os lados, podemos observar uma busca de sentido que as instituições eclesiásticas, secularmente consolidadas, não se mostram plenamente capazes de satisfazer. Esta situação de crise, no entanto, tem uma longa história. Sua origem pode ser encontrada no longo processo de inculturação do Evangelho no espaço europeu quando se procedeu à articulação da cultura da unidade cristã ocidental. Embora o modelo do cesaropapismo não tenha, de fato, unido todos os povos do continente europeu num *Corpus Christia-*

*num*, de forma permanente e extensiva, serviu, no entanto, como paradigma para a consolidação da pretensão de universalidade do cristianismo ocidental. A unidade religiosa então alcançada se sustentou pela compulsão e pela violência que o Estado imperial colocou a serviço da Igreja, tanto interna quanto externamente.

Esta unidade, entretanto, nunca foi completa e seu fracasso se tornou patente com o cisma de 1054 que dividiu a cristandade. A partir do século XII, por meio dos diferentes movimentos culturais que procuravam reformar a Igreja na Europa ocidental até a eclosão da Reforma Protestante no século XVI, na Alemanha, Suíça e Inglaterra, o modelo imperial romano de inculturação foi inapelavelmente despedaçado. A partir de então e culminando no século XVIII com a eclosão do iluminismo, como parte do processo de emancipação da burguesia contra o sistema absolutista feudal, vamos assistir ao estabelecimento da autonomia do ser humano como princípio universal e racional com as consequências de auto-determinação e instrumentalidade do homem e da natureza.

Tendo triunfado a tese da objetividade do saber, que empurrou as crenças e os valores delas decorrentes para a esfera da subjetividade e da privacidade, exercendo uma crítica radical à revelação e às formas religiosas, as idéias de emancipação e autonomia do ser racional ante a tutela de quaisquer autoridades minaram inapelavelmente

as pretensões de poder das igrejas. Com isso a religião passou a ser um assunto privado. Não lhe foi reconhecida nenhuma função orientadora na sociedade, seja na política, na ciência ou na economia. A contragosto ou de bom grado católicos e protestantes acabaram por aceitar o confinamento da eficácia e do valor da fé no âmbito privado e confiaram a estruturação da esfera pública, ou seja, da economia, da política e da sociedade em geral ao capital, à burguesia, e ao Estado que a representava. A promessa de salvação foi individualizada, interiorizada e privatizada. De modo específico no protestantismo, como assinala Schäfer, noutra correlação, este passou a ser, em suas diferentes formas, cúmplice dos ladrões e, ao mesmo tempo, uma de suas vítimas.

Na tentativa de interpretar teologicamente esta realidade muitos estudiosos atribuem a situação de crise permanente, que, particularmente, o cristianismo ocidental tem experimentado, a uma multiplicidade de fatores, destacando, porém, dentre eles, a maneira pela qual o papel do Espírito Santo na economia da salvação foi e tem sido compreendido e articulado na vida das igrejas.

A partir do trânsito de uma igreja *comunidade aberta ao mundo*, originada da expansão da comunidade judeu-cristã entre os gentios, para uma *igreja imperial*, iniciada por Constantino, com funções de *religião oficial do Estado*, o Espírito Santo e sua

# nasce do Espírito: nas igrejas e no mundo



ação consoladora, integradora, vivificadora, e transformadora da vida, segundo a perspectiva do Reino anunciado por Jesus passou a ser confundido com a estrutura histórica da comunidade cristã, deixando de ser verdadeiramente assumido como o poder decisivo que sustenta e dinamiza a comunidade eclesial em seus embates no meio do mundo.

No decorrer do processo histórico experimentado pelo cristianismo, católicos, ortodoxos e protestantes não se diferenciaram significativamente. A perspectiva triunfalista do *Christus victor* acabou por mutilar a percepção bíblica da ação salvífica do Deus que age harmoniosamente por meio do Filho e do Espírito. Ao hiperatropiarem

o papel de Jesus Cristo desenharam a figura de uma Igreja que incorpora substitutivamente a ação do Espírito Santo. Este se tornou, assim, pouco mais do que um simples figurante com a função de facilitar a intracomunicação entre as pessoas da Trindade divina ou entre esta e as formações eclesiástico-institucionais em sua realização histórica.

Em seu precioso estudo sobre o Espírito Santo José Comblin assinala que sobretudo a partir da “luta dos papas contra o Império, no século XI, a ação do Espírito Santo sofreu uma dupla redução: ficou ligada à Igreja-instituição, cujo conceito se elaborou na época, e ficou ligada ao conceito de poder (*potestas*)”. Segundo Comblin o

Espírito Santo passou a ser entendido como que incorporado à institucionalidade eclesiástica. E esta passou a autocompreender-se como constituída de poderes: o Espírito estava no poder sacramental, no poder administrativo da ordem eclesiástica (hierarquia), no poder da ordem e da estrutura jurídica da Igreja. Assim normatizadas as manifestações mais claras do poder do Espírito passaram a ser os sacramentos, os concílios e o poder do papa.

No âmbito do protestantismo, da Reforma do século XVI para cá, as coisas não foram muito diferentes. Como assinala Moltmann, aquele caminho da “igreja aberta ao mundo” ao da “igreja do império” determina até hoje a estrutura e a organização da igreja nas velhas nações ‘cristãs’. Entretanto, a Reforma tinha descoberto o princípio comunitário e estava disposta a abandonar o vocábulo ‘igreja’ e substituí-lo pelo de ‘comunidade’. Mas a consolidação da Reforma nas igrejas nacionais protestantes e as subseqüentes guerras de religião deram origem a outro princípio: cuius regio, eius religio. Deste modo se criou, para fora, uma separação entre as confissões em luta; mas, para dentro, as confissões se converteram em religiões políticas dos respectivos países. Um soberano, uma igreja nacional, uma universidade nacional, definiam o estado unitário confessional. A unidade entre a comunidade dos cristãos e a dos cidadãos foi conservada. (...) Neste caminho se perdeu a forma co-

*munitária especial da igreja, pois nesta “igreja para o povo” se pode, no máximo, apenas falar de ‘comunhão’, ‘fraternidade’ e ‘amizade’.*

Tanto Lutero como Calvino tentaram libertar o Espírito da tutela institucional. Suas ênfases cristológicas, entretanto, terminaram por reeditar, noutros caminhos e noutros discursos teológicos, um quadro semelhante ao da Igreja Medieval contra a qual se insurgiram. Deram, sem dúvida, ênfase à liberdade de ação do Espírito e pensaram uma Igreja marcada pela provisoriedade em sua expressão histórica e que só surge no mundo pelo influxo do Espírito Santo, mas não conseguiram, de forma cabal, ir a fundo nessa intuição que o Evangelho lhes oferecia. A sobrevivência de suas igrejas nacionais, a ausência de uma percepção histórica mais consistente e a necessidade de libertar o Evangelho do controle burocrático do aparelho eclesial medieval fizeram com que também hiperatrofiassem uma visão cristológica que colocava em segundo plano a ação salvadora, histórica, comunitária do Espírito Santo.

Nestes dois mil anos de história a Igreja Cristã, nas suas mais diferentes formações socioculturais, experimentou o conflito permanente entre ênfases teológico-doutrinárias que desequilibram a plena revelação recebida da Palavra ungida pelo Espírito. Entramos num novo período civilizacional que pede uma reatualização da mensagem bíblica para escoimá-la dos vícios instrumentalizadores da cultura ocidental. Uma nova perspectiva quanto ao significado da obra do Espírito Santo e do papel de Jesus de Nazaré

Tanto Lutero quanto Calvino tentaram libertar o Espírito da tutela institucional. Suas ênfases cristológicas, entretanto, terminaram por reeditar, noutros caminhos e noutros discursos teológicos, um quadro semelhante ao da Igreja Medieval contra a qual se insurgiram

se impõe a fim de que a figura de Jesus recupere a verdadeira dimensão evangélica e a Igreja se torne novamente a comunidade aberta voltada para o mundo.

#### **FALANDO DO ESPÍRITO SANTO...**

Paul Tillich é categórico: *Cristo é o Espírito e o Espírito é o Espírito de Cristo. Um cristão é alguém que participa nesta nova realidade, isto é, alguém que possui o Espírito.* “Se alguém não tem o Espírito de Cristo, este não é dele.” Ser um cristão significa possuir o Espírito e qualquer descrição do Cristianismo tem que ser uma descrição das manifestações do Espírito. Ou seja, a história da Igreja deve ser vista como a história da ação do Espírito Santo e a dinâmica da vida das diversificadas comunidades cristãs tem de ser entendida como manifestações concretas desta ação. O que significa dizer que o Espírito é a própria comunhão da Igreja com Cristo. A fé, ao nos fazer perceber a Deus em Cristo, nos revela a força do Espírito. Por isso, enquanto comunhão histórica com Cristo, a Igreja é feitura escatológica do Espírito. A nova comunidade eclesial é, nela mesma, a revelação do Espírito e das forças da nova criação.

A teóloga Dorothee Sölle, procurando traduzir numa linguagem não-



religiosa esta relação, assim se expressa: *Se Jesus de Nazaré foi o pobre homem da Galiléia que foi torturado até à morte, então Cristo é aquele ser impossível-de-ser-morto, que veio com Ele ao mundo e vive nele por meio de nós. Quando digo Cristo, penso também em Francisco de Assis, em Hildegard von Bingen, em Martin Luther King e em Ita Ford, a freira norte-americana que foi assassinada em El Salvador — assim como em todas as pessoas que resistiram e hoje estão detidas. Cristo é um nome que, a meu ver, expressa solidariedade, portanto, sofrer com, lutar com. Cristo é a força misteriosa que estava em Jesus, que continua existindo e que, às vezes, nos torna os “loucos em Cristo” que — sem perspectivas de êxito e sem objetivo — repartem a vida com outras pessoas. Repartem o pão, o abrigo, o medo e a alegria. Pois a atitude de Jesus diante da vida foi de que não se pode possuir, açambarcar e assegurar a vida. Repartir, transmitir, receber e dar de presente — é isso o que podemos fazer com a vida.*

O Espírito é vento, sopro, hálito, beijo da vida que procede do Criador e vivifica suas criaturas. Feminino no hebraico, neutro no grego e masculinizado no latim significa força, energia, respiração, poder, inspiração...

Em meio a tanto  
sofrimento e dor de  
milhões de pessoas em  
todo o mundo e,  
particularmente em nosso  
país, o grito pelo sentido  
da vida se faz ecoar  
desesperado e forte

Tudo isso disposto por Deus (o dom ou *charisma*) aos seus filhos e filhas para que suscitem seu Reinado no mundo. Estamos falando de um *movimento-para-a-vida* que conduz a comunidade aberta ao mundo, a Igreja, para fora de seus limites a fim de compartilhar com os outros os dons que recebe do Espírito.

Em meio a tanto sofrimento e dor de milhões de pessoas em todo o mundo e, particularmente em nosso país, o grito pelo sentido da vida se faz ecoar desesperado e forte. A falta de solução de problemas básicos de sobrevivência, a falta de saúde e educação, alimento e proteção têm levado a imensa maioria dos empobrecidos e descartados pelo sistema que nos domina a buscar alívio e um mínimo de plausibilidade para suas vidas, ainda que momentâneos e precários, na dimensão religiosa, mesmo em sua versão intrassistêmica, privatista e mercadológica. A incapacidade das estruturas eclesiais tradicionais de responder a esta demanda, por tanto tempo reprimida, tem propiciado o surgimento de vitalidades religioso-espirituais aparentemente novas, mas que na verdade já estavam presentes no *ethos* cultural do continente, só que adormecidas ao embalo das promessas falidas do cientificismo, do nacionalismo, da tecnologia, do secularismo, da idéia de progresso, etc.

Por outro lado pode parecer contraditório falar de crise no âmbito eclesial num momento em que a expansão da vivência religiosa parece empolgar o País. Mas, será que aquilo a que estamos assistindo reflete o testemunho de uma comunidade cristã

profundamente comprometida com as exigências do Evangelho?

**PODER, DOM E DISCERNIMENTO...**

A história das comunidades cristãs está cheia de exemplos que nos falam de sua esperança e submissão à ação do Espírito que mantém abertas as possibilidades da vida, apesar da força e do poder das estruturas materiais e espirituais que foram sendo articuladas ao longo da história impedindo a dignidade e a alegria da vida para as filhas e os filhos de Deus. Isto só tem acontecido, e só pode acontecer, na medida em que a esperança se consolida no fundo dos corações humanos e isto se dá por meio da fé no Espírito. A comunidade aberta ao mundo, a que anseia pela integralidade e a plenitude da vida, é resultante da ação do Espírito em seu interior.

Júlio de Santa Ana comenta que, segundo a perspectiva do apóstolo Paulo, em sua Carta aos Romanos, a ação do Espírito Santo não pode ser desvinculada dos acontecimentos históricos. Diz ele: *Aqueles mais agônicos, mais tensos, mais conflituosos dão uma indicação da ação do Espírito de Deus, que chama e anima a Igreja a não ajustar-se aos esquemas deste mundo.(...) Experimentar o Espírito, viver no Espírito, receber a força que renova a criação, não é uma experiência quieta, tranqüila, mas a que se produz em meio às convulsões que agi-*

*tam a história. Enfrentando poderes imensos, a comunidade às vezes perde suas forças; manifesta então suas debilidades, sua fraqueza, seu desânimo. É quando, então, diz o Apóstolo: “o Espírito de Deus vem nos ajudar na nossa fraqueza. Não sabemos como devemos orar, mas o Espírito de Deus, com gemidos que as palavras não podem explicar, pede a Deus em nosso favor. E Deus, que vê dentro dos corações das pessoas, conhece qual é o pensamento do Espírito. Porque o Espírito pede em favor do povo de Deus e pede de acordo com a vontade de Deus” (Romanos 8.26-27).*

A partir daí, com criatividade, coragem e verdade a comunidade se torna capaz de produzir os frutos do Espírito (Gálatas 5. 22-23). Estes se constituem, hoje, na fonte de uma contracultura que rechaça a visão de mundo e os supostos valores do sistema de morte no qual nos encontramos. Como afirma Dorothee Sölle: *As pretensas imposições circunstanciais do mundo industrializado e as experiências de impotência das pessoas que sabem “que nada pode ser feito” correspondem-se mutuamente. O saber degenerou cada vez mais em direção a um saber de morte. Portanto, o conhecimento apenas, já não basta. Não consegue superar a falta de espiritualidade reinante. Crer no Espírito de Deus significa, sobretudo, chamá-lo: “Vem, Espírito Santo...” também para o nosso vazio e a nossa dependência das drogas com as quais nos cercamos. Uma outra vida é possível, o coração de pedra pode se tornar um coração de carne. Acreditar nisso é imprescindível para a minha vida. Eu*

## As burocracias modernas, graças às suas grandes dimensões, exerceram não poder, mas a força, pois impõem regulamentos de modo mecânico, sem responsabilidade pessoal

*celebro o noivado com o Espírito, exatamente quando me defronto com minha classe, com o meu povo, com o meu papel histórico-universal e sinto um pouco do seu fogo.*

O discernimento do poder do Espírito, portanto, implica no reconhecimento do outro, culturalmente distinto, naquilo que o caracteriza como diferente. Toda comunidade verdadeiramente sensibilizada pelo Espírito de Deus celebra e promove a diversidade. É isto que a herança bíblica, tão cuidadosamente defendida pelas estruturas eclesiais, nos ensina. Trata-se, na verdade, da busca incessante de novas relações humanas fundadas no primado da liberdade e da justiça em todos os níveis da experiência humana. É a isto que somos convocados pelo movimento do Espírito de Deus em meio à criação levando a submissão de tudo e de todos à vontade salvífica de Deus.

Ao Espírito Santo é sempre associada a palavra poder. Tanto os textos neotestamentários, como o linguajar das comunidades que foram surgindo ao longo da história buscando expressar uma relação direta com o sagrado, a ele se referem com este vocábulo. Romano Guardini (*O poder*, 1950) assinala que o poder é caracterizado por duas dimensões: refere-se tanto à capacidade de agir como é sempre o resultado de uma vontade, de uma decisão pessoal. Assim ele distingue entre o poder propriamente dito, que implica necessariamente numa decisão de caráter pessoal e a força, que não depende diretamente de uma manifestação volitiva. Os fenômenos naturais, por exemplo, produzem efeitos no mundo, mas não são dependentes de

uma decisão. Em sua argumentação o teólogo lembra que, enquanto o poder pode ter efeitos benignos ou malignos, a força é sempre perigosa. Ilustra esta diferenciação mostrando que as burocracias modernas, graças às suas grandes dimensões, exercem não o poder, mas a força, pois impõem regulamentos de modo mecânico, sem responsabilidade pessoal. Gregory Baum que retoma o texto de Guardini em seu estudo sobre o poder na Igreja, traça as conseqüências desta distinção para o 'poder sagrado'. Diz ele: *Seguindo esta lógica, o "poder sagrado" pode deteriorar-se e tornar-se simplesmente "força", pressão impessoal, criando obrigações e tabus, sem manifestar um desvelo maior. O sagrado e a burocracia, podemos concluir, foram as forças que fizeram a ditadura nazista triunfar na Alemanha.*

Para Guardini, do ponto de vista teológico, o poder de Deus, revelado na criação e na redenção, é o modelo a ser seguido para a organização das estruturas de governo entre os humanos. Isto quer dizer que, calcadas no exemplo do poder divino, as formas de expressão do poder humano devem significar serviço, nutrição, intensificação da vida humana. Ou seja, devem contribuir para tornar cada vez mais humana, isto é, mais fraterna, justa e prazerosa, a convivência dos homens e das mulheres neste mundo. Em outras palavras, o governo legítimo, aquele capaz de ordenar as experiên-

cias coletivas dos humanos em todos os níveis da existência é o que provém do poder do Espírito de Deus e que significa solidariedade com a comunidade, respeito pela sua dignidade e está a serviço do bem-estar de todos.

Na prática de Jesus vemos despontar uma nova hermenêutica do poder, na qual o elemento central se constitui na afirmação do direito inalienável do outro ser e permanecer o outro que é. Nas muitas parábolas que contou e nos inúmeros encontros que manteve com as mais diferentes pessoas sobressai o *convite a* e o *convívio com* aqueles e aquelas que eram estranhos ao seu contexto racial, social e cultural-religioso, com o destaque para o reconhecimento e a aceitação dessas diferenças. E isto só foi possível porque o Espírito estava sobre ele e lhe permitiu reconhecer as limitações, etnocêntrica e sociopolítica, da auto-afirmação da tradição cultural religiosa a que pertencia. Pois, como muito bem destaca Comblin: *O Espírito não mantém os seres humanos isolados em si próprios, mas abre-os para uma comunhão universal que tem o seu centro em Jesus. Por sua vez Jesus não age sobre os outros homens simplesmente por meios humanos, o que produziria uniformidade, submissão, renúncia ao próprio de cada um. Jesus reúne a humanidade segundo o modo de agir do Espírito, isto é, a partir da própria realidade de cada um, de cada indivíduo e de cada coletividade humana.* ☪

Zwinglio M. Dias, doutor em Teologia, professor na UFJF, da equipe de KOINONIA.

# A igreja do poder e a comunidade da fraqueza

Marcelo Barros

O que ainda se espera da Igreja; os desvios de confundir poder com autoridade; a gênese do grande descaminho que se chamou de cristandade; a autoridade nas comunidades paulinas; e a expectativa de se refazer a cada passo a missão profética; tudo aqui vai como uma 'senhora' aula de eclesiologia

Em livro sobre a Igreja, Juan Luis Segundo (1976, p. 107) comenta a "Lenda do Grande Inquisidor" de Dostoiévski no romance *Os Irmãos Karamázovi*. A lenda conta que o Cristo volta ao mundo. É preso e levado ao tribunal da Santa Inquisição Espanhola. O Grande Inquisidor de Sevilha, bispo católico-romano, explica por que o prendeu e por que é obrigado a condená-lo. Começa recordando Jesus no diálogo que o próprio Cristo teve com o diabo no deserto. Para o inquisidor, as três sugestões que o demônio faz a Jesus não são 'tentações'. Jesus as interpretou incorretamente. Eram pro-

postas boas: destinavam-se a proporcionar a Jesus os meios de chegar, com sua mensagem, à grande massa humana. Para cumprir sua missão de salvar a humanidade, Jesus deveria ter cuidado melhor de si mesmo e em proveito pessoal usar o fato de ser filho de Deus (transformar pedras em pães). Quem ganharia com isso seria o povo pobre. Deveria assumir o poder religioso (a tentação de pular do pináculo do templo para que Deus o salve) e o poder político ("tudo isso te darei") para fazer o bem.

No fim, o Inquisidor, representante da Igreja, confessa seu terrível segredo: por amor dos homens e para que estes não sejam entregues à sua liberdade, tão danosa e exigente, ele e os seus tomaram o partido de Satã, dando à Igreja a estrutura que lhe deram. "Escuta, pois, já há oito séculos, não estamos contigo e sim com ele. Faz oito séculos que aceitamos dele o que tu rejeitaste". Parece uma afirmação muito forte, mas, baseado em Dostoiévski, Juan Luis Segundo sustenta que uma Igreja que se casa com o poder trocou o Evangelho por uma aliança com o diabo. Cedeu às mesmas tentações que, no deserto, Jesus havia vencido.

Embora devamos evitar análises simplistas e pouco dialéticas, a experiência que, hoje, muitos cristãos fazem com as igrejas, especialmente com a Igreja Católica, é a de uma es-

trutura que busca de todas as formas reforçar o seu poder interno e o prestígio e hegemonia no mundo. Nessas linhas busco integrar a obediência espiritual no meu caminho pessoal e comunitário, me proponho a repartir com vocês algumas reflexões que faço sobre esta realidade eclesial, buscando pistas sobre como viver uma espiritualidade evangélica e verdadeiramente ecumênica em uma Igreja que se caracteriza pelo apego ao poder. Como ajudar os irmãos e irmãs nessa situação a perseverarem na fé e a continuarem seus trabalhos de serviço ao povo mais pobre, como sinal e testemunho do Reino de Deus?

## IGREJA COMO FRATERNIDADE EVANGÉLICA

É este o desejo de muitos cristãos: retomar o movimento de Jesus, vivendo-o no meio dos desafios e riscos do mundo atual. Esta inspiração alimenta a caminhada das comunidades eclesiais de base e dos movimentos pastorais de serviço ao povo excluído. Esse modo de viver a fé revela e expressa uma forma de ver e concretizar a Igreja que, para os católicos, vem do Concílio Vaticano II (1962-1965), aplicado e atualizado aqui na América Latina pela 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e para os evangélicos vem nos textos e intuições do Conselho Mundial de Igrejas, principalmente em suas

assembléias gerais de Nova Délhi (1961) e Upsala (1969).

Podemos caracterizar essa visão como a eclesiologia da igreja local. Igreja é a comunidade concreta, reunida no discipulado de Jesus, aqui e agora; em comunhão com todas as comunidades que, no mundo inteiro, formam como uma só assembléia do povo de Deus, expressa e realizada, na diversidade das igrejas reunidas em cada local do mundo. A comunidade de fé é toda ela ministerial e tem como missão ser sinal eficaz de um mundo novo. Por isso, tem de se estruturar de forma que o mundo possa caminhar nessa direção: uma comunidade fraterna e igualitária, organizada em ministérios diversos, complementares e que se unem na subsidiariedade. Inserida nas culturas populares, essas comunidades eclesiais valorizam muito a função dos pastores e, de modo algum, se caracterizam por reivindicações de anarquismo ou de rebeldia. Não se trata disso. Trata-se de contar com os pastores para caminhar na direção que Deus aponta para o seu povo.

#### A HERANÇA DE UMA LONGA HISTÓRIA

A experiência das comunidades de base e de uma Igreja profética que se põe a serviço do povo pode referir-se a muitos exemplos na história das igrejas e sentir-se em continuidade com grupos proféticos que sempre existiram. Entretanto, como movimento mais amplo e principalmente como forma de viver a eclesialidade é uma experiência nova. Nesta experiência, algo que muda é a referência ao poder. Tradicionalmente, desde os tempos mais remotos, quase todas as religiões e culturas identificam Deus como poder supremo e daí idealizam o poder como algo sagrado (santo). Como se ao dizer que Deus é poder,

facilmente se pudessem inverter os termos e afirmar que o poder é Deus. A Bíblia assume a mesma cultura dos povos orientais e também fala de Deus como poder supremo, mas mostra como Deus exerce esse poder amando e libertando. Seria a diferença clássica entre poder e autoridade.

O termo 'autoridade' deriva do latino *augere*, palavra com a mesma raiz do grego *auxanein* que significa 'fazer crescer', 'promover o aumento, engrandecer'. "O sentido originário da autoridade



mo q cria,  
víncu que  
Jaspe analisa.  
que se para  
cer." Então,  
torita força  
tentar (apoiar)  
o obj da

A Bíblia assume a mesma cultura dos povos orientais e também fala de Deus como poder supremo, mas mostra como Deus exerce esse poder amando e libertando. Seria a diferença clássica entre poder e autoridade



R. Todd

poder externo e constrangedor. Conforme os evangelhos, Jesus conheceu esse fenômeno no judaísmo de tipo farisaico do seu tempo.

O padre Comblin (1980, 74) me fez descobrir que *o modo como depois a Igreja se concebeu como uma civilização cristã (cristandade) faz parte da sua herança judaica. O Império Romano deu uma nota histórica especial, um jeito de ser próprio, mas não inventou ou começou a cristandade. O que caracteriza teologicamente esse jeito de ser Igreja que chamamos de "cristandade"? O essencial da cristandade estava na religião dos es-*

*cribas e fariseus e comporta dois elementos fundamentais: o primeiro é a convicção de que o Reino de Deus somos nós: nós somos a realidade universal do Reino de Deus; o segundo é a aceitação de tudo o que o passado acumulou como vindo de Deus. Para os fariseus, todas as tradições tinham o mesmo valor da Palavra de Deus.*

Na Igreja Católica, entre as tradições consideradas como Palavra de Deus está uma compreensão do ministério sacerdotal que mistura elementos evangélicos com aspectos que vêm do sacerdócio pagão do Império Romano. O próprio modo como a hierarquia re-

ligiosa se autodefine e como o papado é compreendido fazem parte dessa mistura entre tradição e Palavra de Deus. Na longa história da Igreja Católica, muitas vezes, o ministério do papa em Roma ajudou igrejas locais a se libertarem de situações complicadas e sustentou o conjunto das Igrejas no caminho da fé e mesmo da inculturação. No mundo antigo, a Igreja Romana revelou-se muito mais capaz de adaptar-se e inserir-se, com sabedoria evangélica, no mundo de então do que, por exemplo, igrejas como a de Cartago ou algumas do Oriente muito radicais. O problema é quando o poder é compreendido como divino e, assim, passa a ser absolutizado.

Uma das mais frequentes reações da Igreja foi dizer: o poder não é do ministro, é do Cristo, e quem o exerce o faz em nome dele, como quem obedece, o faz ao Cristo. A terminologia é a de uma referência ao Cristo, mas a realidade é a de um poder auto-referente e revestido de caráter sagrado. Quase todos os bispos católicos acham normal a centralização romana. Se ela não os incomoda, a favorecem. Quando vai contra o que querem ou pensam, a defesa não é questionar o fundamento da intervenção. É simplesmente explicar: "fomos mal compreendidos". Como um preso que, ao ser torturado, diz: "Eu não mereço ser torturado porque não fui eu que roubei". Isto é: "torture quem roubou".

Na Igreja Católica, é urgente ajudar os bispos e padres que têm abertura de coração e se dispõem a estudar a retomar a eclesiologia do Concílio, continuando-a e aprofundando o caminho que o Concílio, há quase quarenta anos, indicou, mas não pôde percorrer. Nas igrejas protestantes, é importante apoiá-los no esforço para que sigam fiéis à intuição de Lutero e Calvino, como também que os pente-

costais sejam verdadeiramente pentecostais, isto é, pessoas da liberdade do Espírito e não funcionários de uma nova instituição. Como essa tendência acontece em várias igrejas e, hoje, até grupos neopentecostais se reúnem sob a autoridade quase divinizada do “homem de Deus”, é bom recordar as referências do movimento de Jesus e de seus continuadores com o poder religioso.

### O MOVIMENTO DE JESUS E O PODER

A história do Novo Testamento começa por Paulo. Ele funda as comunidades e as estabelece sobre a tradição de Jesus: “todos são iguais e formam um só em Cristo” (Gálatas 3. 26- 29). “Na comunidade há muitos ministérios, mas todos formam um só” (1 Coríntios 12). Paulo tem consciência da “autoridade que o Senhor me confiou para edificar e não para destruir” (2 Coríntios 13.10). “Não queremos dominar a fé de vocês, mas contribuir para a alegria de vocês” (2 Coríntios 1.24).

Nas comunidades cristãs primitivas, a autoridade foi vivida de forma diferenciada, de acordo com a cultura da comunidade em questão. Nas primeiras comunidades paulinas, a autoridade era de tipo carismático. O poder tinha uma estrutura carismática. Era menos institucional. Basta ler a primeira Carta aos Coríntios, ou a Carta aos Gálatas, ou mesmo aos Romanos. Antes, o carisma, manifestação do Espírito, era uma coisa extraordinária e eventual, agora, nas comunidades cristãs, passa a ser habitual, permanente. A própria estrutura organizativa das comunidades pode ser baseada nos dons do Espírito. O dom do Espírito determina a função ministerial concreta que cada pessoa desempenha na comunidade a serviço do bem comum (Cf. 1 Coríntios 12. 7; Romanos 12. 4;

O diálogo deve revelar que não se discute a legitimidade da autoridade na Igreja. Contestamos o modo de exercê-la. Não trabalhamos para deslegitimar o poder do bispo ou do pastor, mas para torná-lo mais evangélico

Efésios 4.7). O que justifica e fundamenta o ministério é receber o Espírito e manifestá-lo espiritualmente por sua vida e não apenas atender a uma organização hierárquica ou institucional.

*Em toda a história, sempre é violenta a reação dos profetas, dos mártires e santos contra os abusos de um poder que se põe como teocrático. São Paulo não cessa de exortar que os cristãos não percam a liberdade cristã (Cf. 2 Coríntios 3.17; Gálatas 5.1-13) e, através de uma obediência cega, não entristeçam o Espírito Santo (Cf. Efésios 4.30). É o comentário de Pavel Evdokimov (1981, 138).*

Esse caminho começou por Jesus, como aparece nos evangelhos. Ele insiste com os discípulos: “entre vocês não seja como entre reis e governantes do mundo. Quem quiser ser o maior, seja o servidor de todos” (Lucas 22.24-30). Em outra oportunidade, quando discípulos queriam invocar fogo do céu contra samaritanos que não os haviam acolhido, Jesus os repreende dizendo: “Vocês não sabem de que espírito são animados” (Lucas 9.54 ss).

*Mateus é o único evangelista que usa a palavra ‘Igreja’ e no seu contexto significa a comunidade local. Embora Jesus entregue a todos a missão de testemunhar o Reino, de acordo com Mateus, confia a Pedro as chaves do Reino. É um modo de falar próprio da linguagem apocalíptica e se baseia em Isaías 22. Na concepção atual dar a chave seria dar o poder. Na cultura rabínica, a chave signifi-*

*cava o poder de interpretar a Torá. Jesus diz que Pedro é o verdadeiro escriba que tem o direito de interpretar tudo o que nas Escrituras diz respeito ao Reino dos céus. Exegeticamente, é difícil sustentar que Jesus tivesse querido fazer de Pedro o chefe da Igreja Universal que não existia como conjunto de comunidades nem na época de Jesus nem ainda no tempo em que os evangelhos foram redigidos. Menos ainda que Jesus tivesse imaginado um sucessor de Pedro com esse “poder”. Comblin conclui: Do texto de Mateus não se pode concluir que Pedro teria um sucessor. (...) Quando o Evangelho foi escrito, Pedro tinha morrido provavelmente um quarto de século antes e o Evangelho não fala ainda em qualquer sucessão (Comblin: s/d, 15).*

Mateus (capítulo 18) apresenta a igualdade como um ideal entre os membros da comunidade e desestimula entre os cristãos qualquer tipo de hierarquia. O movimento de Jesus nos recorda que o poder eclesiástico não é em si sagrado, menos ainda absoluto. Saber que este tipo de poder é ilegítimo e anticristão já pode ser de muita ajuda para quem deve enfrentá-lo.

### COMO VIVER O PROFETISMO EVANGÉLICO EM UMA IGREJA DO PODER

*Para cumprir a missão sagrada de levar a paz, vôo de qualquer maneira, em qualquer direção, com vento ou sem vento, com força ou sem força, até cair, até morrer... (Dom Hélder Câmara)*

o poder do bispo ou do pastor, mas para torná-lo mais evangélico. Como a questão do poder está muito ligada a outras questões, não adianta atacá-la isoladamente. Para quem vive verdadeiramente a fé, tudo tem como base a opção espiritual. Ela supõe humildade e atitude de escuta interior dos irmãos, principalmente dos irmãos na fé e, portanto dos pastores, sejam homens de Deus, ou meros funcionários. Isso é o fundamento espiritual da atitude profética de romper com uma obediência acrítica à teocracia eclesiástica.

Antes mesmo de nos perguntarmos como lidar com uma Igreja que voltou a usar o poder como fonte de exclusões, é preciso perguntar como nós mesmos estamos lidando com a responsabilidade ou a autoridade, mesmo pequena, que nos é confiada. É importante rever se o nosso carisma se está impondo ou prevalecendo sobre outro. Seja qual for nossa contribuição com o corpo eclesial, é bom nos darmos conta de que o pluralismo é sadio e positivo e Deus pede de nós a capacidade de conviver com o diferente e dar nossa contribuição, sem nos impormos nem exigirmos que sigam o nosso modo de ser.

Espiritualmente, nos comprometamos com Deus em não sermos elementos de destruição da unidade eclesial, mesmo se a sentimos como artificial e pesada. O carisma nunca nos fará desunir, desagregar, criar atmosfera de divisão e ódio. Se ele fizesse isso, não seria positivo. Uma coisa é a contestação profética e a desobediência consciente (no plano social se chama 'desobediência civil'). A outra é entrarmos na luta pelo poder, com o risco de dividir a comunidade. Faz parte dessa postura espiritual dialogar até o último ponto. Em certos casos, o diálogo conseguiu dobrar ou mudar uma postura autoritária ou reacionária que, de outro modo, não seria transformada.

O diálogo deve revelar que não se discute a legitimidade da autoridade na Igreja. Contestamos o modo de exercê-la. Não trabalhamos para deslegitimar

Temos de ajudar as pessoas que atuam nos diversos ministérios a recuperar a autoridade espiritual de profeta para testemunhar o Reino e não ficar preocupados com o poder. Muitas vezes, o apego ao poder é sinal de que não se é verdadeiramente referência de autoridade espiritual para a comunidade. A primeira forma de profecia é o modo de ser e viver a cada momento. Quem me conhece deve perceber em tudo o que faço e no meu modo de ser o modelo de igreja no qual creio. Ninguém me chama com títulos ou de modo cerimonioso. (Cada vez que alguém o chamava 'senhor', dom Hélder interrompia e, com carinho fraterno, dizia: "Senhor, só Deus. Nós somos irmãos." Com que persistência, ele sempre insistia que o chamassem de padre ou frei e não de 'dom', e até o fim de sua vida manteve sempre a mesma figura pobre e sem distintivos de honra.)

Quem acompanha o modo como cotidianamente vivo a missão, percebe que a única espiritualidade na qual me movo é a de uma igreja de diálogo e igualdade, entre clero e leigos, entre homens e mulheres, entre observantes e cristãos diferentes. Mesmo que eu não diga uma palavra, todos compreenderão que sou a favor da ordenação ministerial de mulheres e homens ca-

sados e trabalho por um cristianismo inclusivo e com a cara do povo no qual ele se desenvolve.

Na linha de um cristianismo profético, a função de coordenador, ou animador de uma comunidade não é a de decidir nada, mas a de ajudar o conjunto da comunidade a ter as melhores condições para julgar e decidir. A função de quem anima ou coordena não é na linha da decisão ou de dar ordens, mas no sentido de interpelar e ajudar os outros a discernir o caminho.

Quero concluir esta reflexão citando a palavra de Lutero: *A Igreja não é, em si mesma, santa nem pura. Ela é santificada pelo Cristo que de graça escolheu nela viver e ser reconhecido. A Igreja deve ser acreditada como santa; mas não pode ser vista como tal. Se você a julgar pelo que vê, haverá de vê-la como pecadora. Nela, você só vai ver irmãos humanamente frágeis. Um o escandaliza por sua desumanidade; outro, pela personalidade difícil, outro, por uma vida moral descontrolada; outro, por outras quaisquer formas de escândalo... Por isso, você não é convidado a rezar: "Vejo que a Igreja é santa", mas sim: "Creio na Igreja, una e santa". A Igreja não possui nenhuma justiça (santidade) de si mesma, mas sua justiça vem do Cristo que é sua Cabeça. Só nesta fé, podemos perceber sua santidade* (Sermão sobre o Salmo 45, 1532). ☒

Marcelo Barros, monge beneditino, biblista e escritor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SEGUNDO, Juan Luis. *Essa comunidade chamada Igreja*. S. Paulo: Loyola, 1976.  
COMBLIN, José. "O debate atual sobre o universalismo cristão". *Concilium*/155, 1980.  
\_\_\_\_\_. "As linhas básicas do evangelho segundo Mateus". *Estudos bíblicos*/26.  
EVDOKIMOV, Pavel N. *L'amore folle di Dio*. Roma: Paoline, 1981.

# Composições e recomposições do poder espiritual e político

Leonildo Silveira Campos

Por que os seres humanos precisam de fantasias e de sonhos para viver é que os arautos do 'poder espiritual' como os do 'poder político' se entrecrocaram, seja abraçando-se, seja confrontando-se. Uns e outros acenam com esperanças messiânico-espiritualistas. De uma separação antiga entre esses dois poderes chegou-se ao intercâmbio de formas de *marketing* religioso reproduzidas por ambos. Ler sem pressa é necessário

A história humana, há milênios, registra estreitas ligações entre o altar e o palácio dos governantes. Nos reinos católicos medievais e modernos, assim como nos principados protestantes, a cruz e a espada se apoiaram mutuamente, primeiro na luta contra árabes, judeus e hereges, depois nas guerras de conquista contra os nativos da América, África e Ásia. Por isso, pode-se dizer que a mistura desordenada entre as esferas de 'poder espiritual' e 'poder político' é mais antiga dos que as modernas denúncias contra o fundamentalismo norte-americano (acusado de promiscuidade com a direita) e a latino-americana teologia da libertação (denunciada por suas ligações com regimes socialistas e de esquerda).

Por trás deste texto há questões que nos perturbam: Que tipo de interações o exercício da fé cristã e a atividade política têm estabelecido entre si ao longo dos séculos? Como se tecem os limites entre as fronteiras desenhadas pelo 'poder espiritual' e 'poder político' no Brasil, neste final de milênio? Que agentes e instituições religiosas participam desse processo contínuo de composição e recomposição dos poderes espiritual e político? Que papel desempenham no desenrolar desse jogo, instituições cristãs católicas, protestantes e pentecostais em nosso país?

A resposta a todas elas, nos limites de um artigo é impossível. Mas, ambos os tipos de poderes — como formas de fazer valer uma determinada vontade — produzem e fazem cir-

cular bens simbólicos, que vêm carregados de sua própria legitimidade e estilo, e afetam diretamente as esperanças, sonhos, utopias e desejos dos seres humanos. É claro que esses modelos de receita caminhos para a realização das esperanças quase nunca "emanam do povo" ou em "seu nome são exercidos". Mas, se enganam os que vêem apenas a presença da violência física dos dominantes sobre os dominados. Nós esquecemos com frequência aquelas formas silenciosas, espirituais e sagradas de se exercer sobre os dominados um tipo de violência simbólica. Os totalitários, como nos lembraram Cassirer (*O mito do Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969) e Mannheim (*Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976), descobriram a propaganda política, e usaram o inconsciente coletivo e os mitos, muitos deles de fundo religioso, para fazer do ser humano um autômato político.

## MARKETING POLÍTICO E ESPERANÇA RELIGIOSA

No Brasil, neste final de século, há uma enorme proximidade entre o *marketing* dos políticos e os sonhos coletivos de uma sociedade mais justa e humana. Isto porque, os políticos descobriram a força desse poder espiritual, que habilmente trabalhado resulta em votos e mais poder. O sagrado ultrapassa o domínio religioso e invade o campo político. Por esse motivo, líderes e agentes religiosos brasileiros, tradicionalmente alheios aos

encantos da política partidária, decidiram tratar politicamente o sonho dos 'evangélicos' (quem são eles?) de que é possível termos aqui um país diferente, melhor e mais humano. As bandeiras de deputados, senadores e vereadores evangélicos, o número de governantes que sacam da linguagem e símbolos religiosos os seus melhores *slogans*, cada vez aumenta mais.

Em outras palavras, os políticos — religiosos ou não — descobriram que os seres humanos precisam de fantasias e de sonhos para viver. Descobriram mais, que o consumo desses bens simbólicos tende a aumentar em períodos de crise. Daí as tentativas de con-

ciliar o imaginário popular com o *marketing* político. Por isso, os políticos destacam hoje a mística visão de uma sociedade pacífica e ordeira, na qual todos trabalham, têm saúde, segurança e educação. No contraponto do materialismo, individualismo e utilitarismo de nossos dias está o aumento da demanda pelo místico. E isso não foi uma descoberta apenas dos líderes de novos movimentos religiosos, mas também dos políticos.

Entre os protestantes brasileiros dissemina-se cada vez mais o sonho de um novo começo social, de uma reconstrução sociopolítica, que se expressa numa quase palavra de ordem: "O Brasil será um país diferente quando à sua frente estiver um homem de Deus". Com isso, vive-se no presente a expectativa de grandes eventos, de uma 'intervenção divina' milagrosa, que irá provocar a decomposição da atual ordem histórica e o começo de uma nova era, aqui e agora. Desse sonho messiânico participam tanto os

que negam a sociedade (testemunhas de Jeová) como os que a afirmam por intermédio da teologia da prosperidade e de uma ação política mais participativa.

Postura diferente assumiram os primeiros protestantes brasileiros, que segundo A.G. Mendonça, aspiravam ao céu (*O celeste porvir*, 2ª edição, São Paulo, Pendão Real, 1997). Hoje, no final do século XX, os atuais não-católicos estão cada vez mais propensos a "arregaçar as mangas" e "botar a mão na sujeira da política" para reorganizar a sociedade. Os 'políticos de Cristo' são uma expressão acabada desse novo processo de recomposição nas relações entre o 'poder espiritual' e o 'poder político'.

Assim, se a promiscuidade entre os poderes espirituais e políticos é concreta entre nós e historicamente comum, a questão para os 'políticos de Cristo' se reduziu apenas a como canalizar a energia dos que sonham e fazer deste país uma bem-aventurada "nação cujo Deus é o Senhor"? Por isso, a propaganda política que circula nos templos evangélicos se funde com a propaganda religiosa, ganhando força nessas circunstâncias os que crêem que as palavras são alavancas para conduzir interesses individuais e egoístas na direção da construção do sonhado 'bem comum'.

Como resultado disso, tornou-se uma afirmação comum que não se faz política nem *marketing* político, sem que se levem a sério os sonhos coletivos — especialmente os de fundo religioso. Assim, novas tecnologias midiáticas, a televisão com mais força que outras, conseguiram aproximar ainda mais as esferas política e espiritual entre nós. Glauber Rocha, nesse sentido, se enganou ao afirmar que "poesia e política são demais para um só homem!" Isso não é correto para o



Carlos Carvalho

## No contraponto do materialismo, individualismo e utilitarismo de nossos dias está o aumento da demanda pelo místico. E isso não foi uma descoberta apenas dos líderes mas também dos políticos

político-religioso ou para o religioso-político, pois neles se fundem o real e o virtual.

Conseqüentemente diminuiu entre os cristãos brasileiros, o número dos que consideram o exercício do poder político objeto de repúdio moral e espiritual. Os templos 'apolíticos' da Congregação Cristã no Brasil, no meio pentecostal, talvez sejam hoje um dos poucos espaços em que não se fala ou se pratica algum tipo de política partidária. Mesmo internamente, o poder foi entregue aos mais idosos e não se discute. Essa Igreja não sofreu até hoje cisma ou cisão, simplesmente porque não há luta pelo poder. Nos demais templos há os que fazem política, de uma forma ostensiva até às eleições de 1998, mas veladamente a partir de 1999, quando os tribunais eleitorais proibiram a propaganda política explícita no interior dos espaços religiosos.

### A DRAMATIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO E RELIGIOSO

Desde a dramaturgia de Shakespeare até a antropologia política de Balandier tem-se repetido a frase: "o mundo inteiro é uma cena". Se a resposta for sim, resta-nos perguntar: que atores religiosos e políticos estão em cena no palco brasileiro? Que *scripts* são representados? Que reações se esperam do público?

Em nosso tablado, no campo religioso, há pastores pentecostais, líderes ligados às denominações pertencentes ao protestantismo histórico (cf.

estudos de Paul Freston a esse respeito) e demagogos, que descobriram a força da mobilização popular via religião. Todos eles, especialmente os líderes carismáticos, sacam da reserva de mitos, símbolos, imagens e modelos de ação, desse 'depósito' culturalmente criado, que é o imaginário popular. Esse imaginário está impregnado de esperanças messiânico-milenaristas e apontam, a cada eleição, para a irrupção de um novo período de felicidade e prazer.

Toda encenação do poder político objetiva criar a ilusão de sua legitimidade, reafirmar o seu poder, usando-se para isso uma liturgia apropriada (Claude Riviere, *As liturgias políticas*, Rio de Janeiro, Imago, 1989). Por exemplo, Carlos V, em Bolonha, 1530, entrou na cidade e desfilou ao lado dos poderosos e do papa Clemente VII. Alguém do cortejo jogava moedas para o povo gritando: "liberalidade! liberalidade!" e o povo respondia "Império! Império!" Na maioria dessas encenações, a função da religião é ajudar a manter a ilusão da unidade, da força do líder e a concretização dos ideais dos que detêm o poder, deixando longe da cena o risco da violência física.

Por isso é possível entendermos a política como a "arte de compor representações" (Wilson Gomes) bem como a de produzir bens simbólicos e controlar a circulação dos sonhos coleti-

vos. A mídia se torna, nesse contexto, o principal instrumento de ação política sobre o imaginário coletivo – fonte de onde emergem, entre outras coisas, o fanatismo religioso e político.

### A DECOMPOSIÇÃO DO CENÁRIO RELIGIOSO, DAS FRONTEIRAS E REGRAS DO JOGO DO PODER

O cenário político-religioso experimenta, contudo, os efeitos do processo de globalização e de crise da modernidade, que provocam uma espécie de "desmonte", "decomposição" ou "desencaixe", para usarmos uma expressão de Anthony Giddens (*As conseqüências da modernidade*, São Paulo, Unesp, 1991, p. 25). Nesse contexto, a ordem social passa a ser percebida como desgastada e superada, crescendo a sensação de "desordenação" e que tudo o que aparentava ser sólido "está se desmanchando no ar".

Esse 'desencaixe' atingiu, entre outras, as instituições políticas e religiosas, que perderam a hegemonia das receitas de como agir e a capacidade de exercer vigilância e coação sobre os indivíduos. Também foi afetada, com muita força, a capacidade que as instituições têm de se reproduzir. Sociólogos franceses da religião, na esteira de Halbwachs (Daniele Hervieu-Leger, em especial), têm insistido na "crise da transmissão da memória". É como se os atores tivessem perdido a capacidade de buscar no passado suas respectivas programações. Nesse contexto, o poder institucionalizado não mais consegue controlar a produção e transmissão da memória.

Surgem, ainda, novas memórias — virtuais — para suprir os sujeitos, os quais são abastecidos pelos ritos religiosos e políticos. Dessa maneira, tais momentos de celebrações se tornam momentos de recriação da memória coletiva. Mas, como transmitir a me-

## Os líderes carismáticos, sacam da reserva de mitos, símbolos, imagens e modelos de ação, desse 'depósito' culturalmente criado, que é o imaginário popular. Esse imaginário está impregnado de esperanças messiânico-milenaristas

mória das lutas heróicas do passado?

Por outro lado, esse processo de 'descontinuidade', 'fragmentação', 'ruptura' ou 'deslocamento' de estruturas, provocou pluralidade de centros de poder, que desarticularam aquelas identidades que pareciam tão estáveis no passado. Para substituir as identidades e os símbolos distintivos, agora sob o signo da mudança, novas identidades são imaginadas, inventando-se novas tradições.

Esse processo de 'desregulação' atingiu, na segunda metade do século XX, o campo religioso brasileiro. Tal fenômeno pode ser explicado pela metáfora de um campo de futebol, no qual, de um momento para outro, as regras foram substituídas pelo critério de cada um dos jogadores. A cada um foi dada uma bola, facultando-lhes a oportunidade de marcar o gol do lado que quisessem, sem interferência de normas ditadas por alguma autoridade ou instância reguladora. Assim, no campo religioso, as fronteiras se moveram e novos movimentos (instituições e atores) entraram em cena, disputando um lugar ao sol. Também houve um recrudescimento de religiões africanas, orientais, um crescimento explosivo do pentecostalismo e da renovação carismática católica. Do pluralismo e da competitividade surgem então a 'guerra santa' e as estratégias dos tempos de paz — o 'marketing de guerra'.

Também no interior dos movimentos e instituições religiosas pentecos-

tais surgiu a tendência de se abandonar a religião como 'refúgio das massas'. Descobre-se, especialmente entre os novos pentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, o ideal de uma aberta e apreçoada inserção política para mudar os rumos da sociedade. Assim nasceu o 'crente-eleitor', que aguarda a ordem mobilizadora do pastor-missionário — o 'homem-de-Deus' — que determinará em quem se deve votar nas próximas eleições. Portanto, o que for por ele decidido será obedecido, sem questionamento, canalizando-se dessa forma aquele tipo de cansaço do indivíduo diante de tantas demandas numa sociedade pluralista.

Daí o surgimento de equipes de 'políticos de Cristo', os quais depois de eleitos por suas igrejas e movimentos, se tornam grupos de pressão, e recebem o encargo de funcionarem como *lobbies* de seus líderes religiosos no parlamento. Trata-se, portanto, da construção de uma nova postura ética, do abandono da idéia de que uma segunda vinda de Jesus justificaria a recusa da política. Busca-se o paraíso na terra, às vezes por intermédio de um lugar simbólico, tal como a 'Fazenda Paraíso', um mostruário que a IURD está montando no interior da Bahia. Contudo, estariam tais 'políticos de Cristo' imunes ao vírus da corrupção?

Seria a corrupção de políticos evangélicos uma demonstração da afinidade eletiva entre pentecostalismo e cultura política autoritária, que tradicionalmente tem predominado na América Latina?

### CONCLUSÃO

As relações entre religião e poder são de caráter dinâmico e dialético. Elas flutuam conforme as rearticulações contínuas entre as esferas do sagrado e do profano na forma de política. Isto porque as fronteiras são deslocadas e continuamente restabelecidas, quando não, elas são interpenetradas por outras. Esse contexto de mutações provoca atitudes ambíguas de recusa ou de reforço, no interior das instituições.

A dinâmica do campo religioso em mutação cria chance de surgirem *identidades híbridas*, porém identidades posicionais e pendulares. Cada uma delas, por sua vez, se inscreve dentro de novas ordenações políticas e religiosas, reagrupando todos aqueles que entre 1960 e 1990, abandonaram suas identidades originárias, mas passaram posteriormente a procurar novas recomposições e posicionamentos.

O fundamentalismo, religioso e político, tem servido de desembocadura para aqueles movimentos que surgiram como olhos-d'água, mas agora reunidos em corredeiras e rios, buscam o mar. As práticas do velho estilo de ecumenismo, e a identidade ecumênica criada, em especial após a Segunda Guerra, que privilegiava mais o institucional, parecem estar perdendo força. É preciso que ele também seja continuamente redimensionado, agora à luz das novas relações entre o político e o religioso. 

Leonildo Silveira Campos, doutor em ciências da religião, pesquisador, professor da UMESP.

# Liberdade religiosa: ponto-de-interrogação

Emerson Giumbelli

Trata-se de uma constatação (relatório solicitado) de violações da liberdade religiosa em vinte e seis países. O Autor contrapõe a existência de um conceito amplo, a uma discussão jurídica hoje inarredável, para sugerir a liberdade religiosa como princípio abstrato “que possa ter sentido dentro de certos contextos históricos”

O governo dos Estados Unidos divulgou (setembro, 1999) um documento cujo propósito era avaliar “a natureza e a extensão das violações da liberdade religiosa” em contexto mundial. O conteúdo expressa o trabalho de um embaixador itinerante, posto vinculado ao Departamento de Estado e criado por uma lei de 1998 que instaurou também uma Comissão sobre a Liberdade Religiosa Internacional. Tomemos esse documento — intitulado Relatório Anual sobre a Liberdade Religiosa Internacional — como um ponto de partida para algumas considerações a respeito da idéia de ‘liberdade religiosa’.

## O PROBLEMA ONDE NÃO DEVERIA ESTAR

A introdução do relatório do governo americano segue uma linha clássica de justificação do princípio da ‘liberdade religiosa’, atrelando-o à noção de direitos humanos e ao regime democrático. A “liberdade religiosa, o direito de perseverar em uma confissão sem interferências, pode ser a pedra angular da dignidade humana e de todos os direitos humanos”, afirma o relatório, lembrando o cinquentenário da Declaração Universal de 1948. No entanto, quando passamos ao conjunto das avaliações sobre os países, dá-se algo interessante. O documento destaca vinte e seis países, em função do fato de ter sido neles verificado algum tipo de violação da liberdade religiosa.

A maioria dos casos não causa surpresa, pois refere-se a governos cujo vínculo com determinados credos oficiais (inclusive os ateus) ou com políticas discriminatórias (ou ineficazes no enfrentamento de discriminações) de minorias religiosas é do conhecimento geral. Em comum entre eles, uma relação negativa com doutrinas ou práticas liberais no domínio religioso e um lugar mais ou menos periférico na geopolítica mundial. Contudo, uma categoria específica de violações reúne cinco países, que se distinguem dos demais por se localizarem no lugar mesmo onde a liberdade religiosa fora inventada e promovida, ou seja, no coração da ‘democracia’ e dos ‘direi-

tos humanos’. Ei-los: Suécia, Suíça, Bélgica, Alemanha e França. Não há algo de desconcertante nisso? Afinal, quem imaginaria que a nação que levara ao mundo a primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos apareceria duzentos anos depois em uma lista de infratores da liberdade religiosa?

Evidentemente, caberia questionar as implicações e os interesses de um relatório ‘internacional’ elaborado pelo governo de um único país. Ocorre que, de um outro ponto de vista, o documento americano não faz senão ressonar disputas que se desenrolam efetivamente em certos países centrais. Pois, em vários deles (inclusive Estados Unidos), existem grupos e organizações que se tornaram o alvo de preocupações e ações oficiais e que, por conta disso, reclamam de violações do exercício da liberdade religiosa. No relatório americano, os cinco países europeus mencionados aparecem sob a categoria “governos que estigmatizam religiões ao associá-las a seitas ou cultos perigosos”.

Desde o final da década de 1960, multiplicaram-se os exemplos de iniciativas tomadas a propósito de determinados grupos, que envolveram tanto segmentos da sociedade civil, quanto aparatos governamentais. A expansão e proliferação desses grupos veio acompanhada de uma série de acusações: fraudes fiscais, práticas comerciais sob cobertura religiosa, explora-

## Quem imaginaria que a nação que legara ao mundo a primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos apareceria duzentos anos depois numa lista de infratores da liberdade religiosa?

ção do trabalho, uso de drogas, abuso de menores, condicionamento psicológico dos adeptos... Surgiram associações especificamente voltadas para a denúncia dessas situações, que passaram a agir como grupos de pressão sobre a mídia e os governos. Nesse quadro, multiplicaram-se as ocasiões em que as questões tinham de ser decididas nos tribunais, fato que veio a alimentar debates jurídicos mais amplos. Os poderes públicos, em vários âmbitos, intervieram por meio da sensibilização de seus aparatos, da elaboração de relatórios, da criação de órgãos para o monitoramento de 'seitas' ou 'cultos'.

A França, citada no relatório americano, é um exemplo particularmente expressivo em se tratando de reações oficiais. Entre os grupos que se tornaram o alvo de uma preocupação generalizada na sociedade, destacam-se a igreja do reverendo Moon, as Testemunhas de Jeová e a Cientologia. Depois de um relatório de 1983, encomendado pelo Primeiro Ministro, as 'seitas' vieram a ser o tema de uma comissão parlamentar de inquérito em 1995 e de outra em 1999. Em 1996, criou-se o Observatório Interministerial sobre as Seitas, substituído em 1998 pela Missão Interministerial de Luta contra as Seitas. Em torno desses órgãos de coordenação, gravitam medidas que abrangem produção de informações, realização de campanhas, coordenação de aparatos governamentais, formação

de funcionários, reformulações legislativas.

Nem as associações civis, nem os órgãos de Estado questionam a validade, em si, do princípio da liberdade religiosa quando se preocupam com grupos que consideram perigosos. Ao contrário, a periculosidade vem a servir como justificativa para a recusa do reconhecimento de tais grupos como 'religiosos'. Isso produz um quadro no qual se cria a necessidade de distinguir com mais nitidez as 'seitas' das 'religiões'. Os representantes e lideranças de igrejas tradicionais, por sua vez, oscilam entre uma atitude que acaba por alimentar a oposição mais geral às seitas e outra que se caracteriza por uma prudência reclamada em nome da defesa genérica da liberdade religiosa. Nesse conjunto de disputas, quem tem razão? aqueles que afirmam que a liberdade religiosa já sofre violações ou aqueles que pretendem que a preservação dessa liberdade demanda certos cuidados? Questão a que, se formulada nesses termos, é difícil responder. De todo modo, fica claro que o princípio da liberdade religiosa tornou-se o objeto de debates amplos e de con-

seqüências nada desprezíveis, que colocam em jogo a sua própria definição. Essa constatação, que se depreende em muitos países das controvérsias produzidas em torno da categoria 'seitas', impõe-se imediatamente nos casos em que, como na Rússia e em Portugal, ocorrem reelaborações legais atingindo todo o marco jurídico destinado a enquadrar as instituições religiosas.

### **POR UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA**

O desconcerto que tais situações nos provocam é em boa parte devido ao fato de que nos acostumamos a conceber a liberdade religiosa não como um problema, mas sempre como uma solução. Nosso referencial é geralmente a história europeia dos séculos XVI e XVII, na qual sobram os exemplos de religiões oficializadas por estados e de conflitos entre facções confessionalmente orientadas. Diante disso, a liberdade religiosa teria surgido para estabelecer uma outra configuração: opressão e constrangimento teriam fim desde que efetivada a separação entre Estado e igrejas e garantida a convivência mútua entre os diferentes grupos religiosos, todos iguais perante a lei. Essa solução histórica foi então elevada a modelo universal, o que nos faz pensar que ela seria válida em qualquer contexto no qual opressões e constrangimentos religiosos ocorram.

E se, ao contrário disso, tentássemos pensar a "liberdade religiosa"

## É necessário pensar a liberdade religiosa não como um presente da modernidade, mas como resultado de condições históricas e particularidades nacionais

como um princípio abstrato que apenas ganha sentido no interior de um certo arranjo histórico? Nesse caso, a separação entre Estado e Igrejas, a relação entre os vários grupos confessionais e as condições para o exercício das práticas religiosas não seriam simplesmente determinadas por um modelo, mas produto de certas configurações que articulam dimensões legais e extralegais, regras explícitas e implícitas. A partir dessa outra perspectiva, somos levados à constatação histórica

de que o compromisso com a liberdade religiosa, proclamado em diferentes ocasiões e contextos nacionais, não excluiu a possibilidade de certas intervenções estatais, nem a reafirmação de hierarquias e subordinações entre os grupos confessionais (seja em termos

de práticas de culto, seja em termos de acesso ao espaço público). Daí se evidencia o maior interesse das disputas a que assistimos atualmente em vários países: ao mesmo tempo em que provocam transformações, elas servem para revelar (explicitando o implícito) os arranjos históricos e peculiares que orientaram as relações dos grupos religiosos entre si e deles todos com o Estado.

Considerar a liberdade religiosa como um problema não implica desprezar o ideário que encarna. Creio mesmo que o estabelecimento de condições mais adequadas e justas para a prática e a ação religiosas tem hoje nessa problematização sua condição necessária. Diante das disputas e controvérsias atuais, fica cada vez mais claro que não podemos simplesmente perguntar se em tal situação 'há' ou 'não há' liberdade religiosa, ou 'quanto' dela haveria. Não se encontra uma solução insistindo nos mesmos termos em que o problema está formulado. É necessário pensar a liberdade religiosa não como um presente da modernidade, mas como o resultado de condições históricas e particularidades nacionais, agora novamente sujeitas a redefinições talvez cruciais. ☞

Emerson Giumbelli, antropólogo e professor da PUC-Rio.

### RELAÇÃO DE ALGUMAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS QUE ENFOCAM GRUPOS CONSIDERADOS PERIGOSOS

Relatórios sobre a Cientologia no estado de Victoria, Austrália (1965), na Inglaterra (1971) e na África do Sul (1973); relatório sobre os Meninos de Deus no estado de Nova York, EUA (1973); audiências em quatro estados americanos (Vermont, Massachusetts, Califórnia, Washington D.C., 1974-1979); relatório sobre "grupos de desenvolvimento mental, seitas e cultos" para a província de Ontário, Canadá (1980); estudo e publicação oficiais sobre "religiões da juventude" na Alemanha Ocidental (1980 e 1981); investigação sobre "novos movimentos religiosos" pelo parlamento holandês (1984); relatório sobre seitas preparado por um parlamentar francês em missão no Secretariado da Família (1982-83); debate sobre "cultos pseudo-religiosos" na Câmara dos Lordes do parlamento inglês (1988); comissão e relatório parlamentar na França (1995); comissão e relatório parlamentar na Alemanha; centro de documentação e informação

na Áustria (1999); comissão parlamentar (1997), observatório e comitê na Bélgica; comissão parlamentar na Suécia (1997); preparação de um relatório em uma província italiana (1998); comissão e relatório parlamentar na França sobre a dimensão econômica das seitas (1999).

Notam-se também providências no âmbito da Comunidade Européia: o Parlamento Europeu aprovou em 1984 uma moção sobre os "novos movimentos religiosos" e, em 1998, uma de suas comissões aprovou uma resolução sobre "seitas"; o Conselho Europeu em 1992 decidiu por uma recomendação relativa às "seitas e novos movimentos religiosos" e em 1999 discutiu outra sobre as "atividades ilegais de seitas".

O relatório sobre liberdade religiosa do Departamento de Estado dos EUA pode ser encontrado em [www.state.gov/www/global/human\\_rights/irf/irf\\_rpt/1999](http://www.state.gov/www/global/human_rights/irf/irf_rpt/1999)

# A Grande Mãe

Ivone Gebara

Pode-se imaginar na leitura da poesia teológica/teologia poética que houve um casamento de muitas bodas festivas e de relações ora eroticamente carinhosas, ora pornograficamente luxuriosas; aqui relações reverentes de "não-posse", acolá relações irreverentes de posse. Uma "velha senhora" e um "velho senhor" ora esquecem os sonhos ora os retomam

A ligação entre a palavra 'religião' e a palavra 'poder' pela conjunção 'e' nos faz pensar numa velha e conhecida relação mais ou menos conflitiva. A religião como uma 'velha senhora' e o poder como um 'velho senhor' unidos desde muito tempo, depois de passarem por crises as mais diversas e beligerantes, acabam sempre novamente por se darem as mãos numa especial coabitação. É como se, apesar de brigarem, não pudessem viver um sem o outro.

Não se pode contar todos os episódios que conhecemos dessa união. Imaginem se cada pessoa fosse pesquisar as velhas estórias e histórias desse casamento de bodas sem fim! Não haveria mais espaços nos livros e nas revistas especializadas.

Por isso, vou falar apenas de alguns aspectos dessa união.

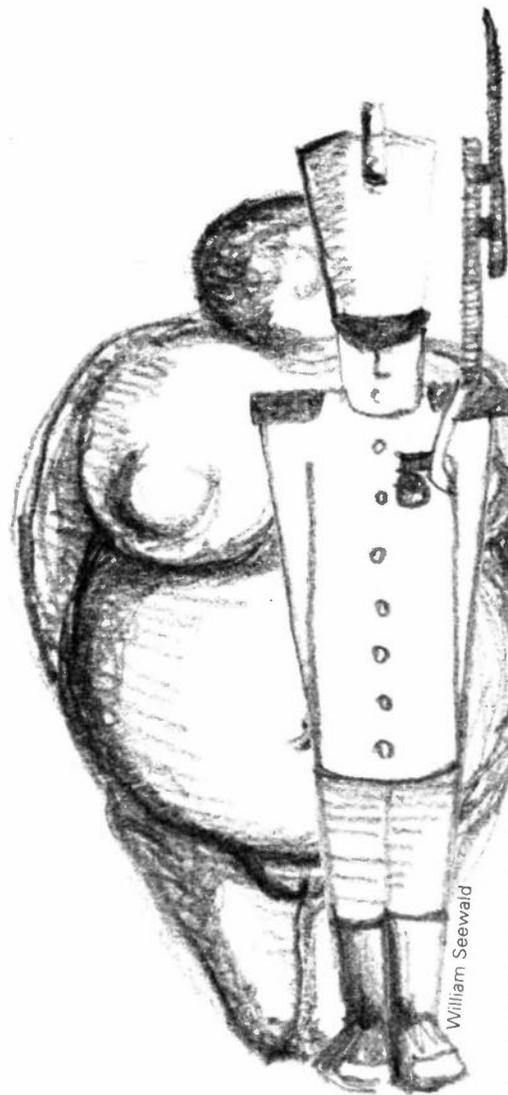
Gostaria de contar alguma coisa

sobre a patriarcalização da religião e de como se transformou em poder de dominação. Patriarcalização é um nome pesado como o próprio conteúdo da palavra. É a transformação das relações humanas em relações hierárquicas de poder, dominadas especialmente pelas figuras masculinas. É claro que as mulheres também entraram nesse processo e à sua maneira reproduziram e reforçaram esse sistema.

Quero imaginar que no começo não foi assim. Talvez, mais uma vez eu esteja usando o artifício da imaginação para falar de um passado desconhecido ou incerto. Meu propósito é pensar relações diferentes para o presente e para o futuro. A imaginação serve também para a gente pensar e promover alternativas de vida que parecem utópicas, mas que na realidade com boa vontade e convicção poderiam ser até possíveis.

## A TERRA ERA FEMININA, A GRANDE MÃE

No principio existia a Terra habitada por muitos seres diferentes e também pelos seres humanos. Um sentimento de gratidão, de admiração e de espanto, misturado a outros tantos, caracterizava o comportamento humano. A terra produzia frutos e flores das mais variadas espécies; as águas eram cristalinas e estancavam generosamente a sede de quem se aproximasse das nascentes, dos rios, das cascatas e dos lagos. Sapos, formigas, pássaros e borboletas seguiam seu ciclo de vida e conviviam com suas características próprias.



William Seeward

Quem nos dava tantos dons? De onde teriam vindo as belas coisas que podíamos apreciar? Quem fazia brotar as flores, dava força aos animais e aos humanos para se reproduzirem? Perguntas não faltavam. O que se observava era que tudo guardava a marca de um mistério maior que se mostrava nas coisas mais simples da terra e dele, tudo parecia provir.

A Terra, as águas, as árvores evo-

cavam um corpo de mulher... engravidar, esperar noites e dias, dar à luz, nutrir, cuidar. E então, o mistério que nos agraciava com tantos dons tinha algo de religiosamente feminino. Religiosamente porque parecia “ligar tudo a tudo” numa beleza e precisão difíceis de explicar. Por isso, as coisas e todos os seres vivos precisavam ser respeitados e reverenciados. Reverenciar é um sentimento de ‘não posse’, de reconhecimento do valor único da vida de um ser. O simples fato de existir já significava participação de um mistério que cruzava e tecia todas as coisas.

No princípio a religião era feminina... Os estudos arqueológicos atestam que as expressões religiosas mais primitivas tinham feições femininas. Eram representações de mulheres grávidas, ou de mulheres parindo ou simplesmente era a Terra cheia de frutos e flores considerada como a ‘Grande Mãe’. No princípio não havia propriedade privada... tudo era comum, apesar da existência de alguns abusos de uns e de outros. Tudo era o corpo da Grande Mãe e este nutria e zelava por sua diversificada prole.

### ...MAS ALGUNS QUEBRARAM A REVERÊNCIA

Um dia, alguns homens se deliciaram em transgredir a convivência comum. No começo foi brincadeira, mas depois a brincadeira se tornou comportamento assumido. Olharam para o céu rasgado de raios e lançando enormes trovões e decretaram que ‘eles’ eram filhos do Deus do Céu. Criaram confusão, desconfiança, medo. Começaram a dividir a terra, a matar animais inutilmente, a oferecer sacrifícios... Chegaram até a identificar um dos melhores entre eles e, até contra a sua vontade, com o Deus dos Céus. O número de transgressores aumentava dia a dia e

uma espécie de bipartidarismo passou a vigorar por um tempo...

Pouco a pouco o ‘imaginado’ Deus dos Céus foi ganhando mais terreno até dominar quase toda a Terra. De reverência e encantamento os habitantes da Terra começaram a cultivar o medo e a obediência. O Deus dos Céus começou a ter representantes e estes em seu nome passaram a exigir uma porção de coisas para que as pessoas, depois de sua morte pudessem entrar no seu Reino Celeste. O esquecimento da Terra foi grande. Ela deixou de ser sagrada e venerada. Foi vendida, comprada, exaurida e destruída.

### ... E OBRIGARAM VONTADES À SUBMISSÃO

O Deus dos Céus, o Invisível se adaptava a todas as ideologias e promessas... Os grandes do Mundo podiam utilizar-se de seu poder invisível para fundar o seu poder visível. As divindades da Terra, ao contrário, não faziam promessas e não podiam lidar com aqueles poderes invisíveis. As esperanças da colheita estavam no sol, na lua, nas sementes, no cuidado com a terra, com a água, com as matas, com todos os habitantes... O cuidado da ‘Grande Mãe’ não fazia a guerra e não queria a guerra. A reverência não era conquistadora, não admitia exércitos nem fabricava armas. Essas divindades e valores terrenos foram então vencidos...

Os deuses dos céus agora fazem a luta entre eles mesmos. Do céu disputam pedaços de terra e até os espaços siderais. Do céu nomeiam ministros e representantes. Do céu fazem planos, projetos, leis e obrigam as vontades humanas a se submeterem.

Religião e Poder... um casamento difícil e fácil de entender. Mas, qual é o poder que a religião dá aos pobres, aqueles que têm tão pouco poder de decisão social? Qual é o poder que ela

dá às mulheres, as maiores consumidoras das religiões patriarcais?

A religião patriarcal faz os pobres e entre eles as mulheres, acreditarem que ‘alguém’ com muito poder está interessado no seu problema imediato. Ela faz os pobres apostarem na vida para além das evidências, pois as evidências revelam que os que têm poder não se interessam efetivamente pelo bem comum. Os pobres passam então a acreditar no poder do Deus Poderoso e Invisível como se este Invisível fosse o único confiável, o único que garantisse suas esperanças. Mas, quem é efetivamente esse Invisível, esse Deus Poderoso?

Ele é a imagem invertida da visibilidade da pobreza e do não-poder efetivo dos pobres no interior dos sistemas hierárquicos. Ele é a possibilidade de seu impossível poder... Ele é a doce ilusão dos que esperam sem esperança.

### AGORA, PORÉM, VOLTAMOS A SONHAR EUCARISTICAMENTE

Hoje, outro poder e outra religião são parte de nossos sonhos... Voltar à Terra, à convivência simples da vizinhança, aos laços de amizade...

Ser capaz de espanto, de admiração e reverência ao ver que naquele jardim as flores brotaram de novo, que um beija-flor apareceu, que foi possível ver as estrelas apesar da poluição. Fazer memória dos que amamos, contar de novo suas histórias e misturá-las às nossas... Sonhar em nós seus sonhos e suas esperanças...

Então, de novo uma mulher misturou o fermento à farinha e à água, fez pão, assou-o no fogo sagrado, partiu-o, deu-o aos filhos e filhas e disse: “comam sempre com alegria, isto é da Terra, isto é meu corpo e seu corpo”.

Ivone Gebara, religiosa, teóloga, escritora.

# A nova economia e o fetichismo tecnológico

Reinaldo Gonçalves

Com a banalização do herói, resultante de revistinhas e filmes específicos, o espírito do capitalismo reinventa os deuses da mitologia, produtos da mente e mãos humanas. Notadamente no campo econômico, com a “embriaguez de alta tecnologia”, o aumento da produtividade e a pseudotecnologia foram postos nos altares de algumas economias—sucesso de resultados. O Autor tece considerações inconoclastas sobre a chamada ‘nova economia’

O velho capitalismo se estaria revitalizando, apagando os traços de maturidade e, até mesmo, de senilidade? Os otimistas estão convencidos de que o capitalismo está ‘sarado’. Estaríamos, ainda, segundo os otimistas, no início de uma nova onda de expansão econômica — de uma nova época dourada do capitalismo. Este ‘novo’ capitalismo foi batizado de ‘Nova Economia’. Devido à criação e expansão extraordinária da rede mundial de computadores, bem como ao acirramento da concorrência em escala mundial, a Nova Economia é global. Daí, os otimistas professarem a crença em um futuro promissor, que chamam de “Era da Nova Economia”.

A expressão ‘Nova Economia’ surgiu em 1996 para caracterizar o extraordinário dinamismo da economia norte-americana a partir de 1992. A taxa média de crescimento da renda real foi de 3,6% no período 1992-2000. Esta taxa é relativamente alta se considerarmos que a taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos foi de 2,9% no período 1982-91. Ademais, a partir de 1996, a renda real norte-americana tem crescido a taxas anuais sempre maiores do que 4%. Juntamente com este crescimento da renda e da produção, tem havido uma redução do desemprego, que caiu de 7,5% em 1992 para 4,2% em 2000. Este dina-

mismo econômico tem sido acompanhado por baixos níveis de inflação (média de 2% ao ano). Um dos elementos centrais deste processo é o extraordinário crescimento da produtividade: a taxa anual de crescimento foi de 4% no período 1992-2000, que é significativamente mais elevada que a taxa do período 1982-91 (3% ao ano).

A dinâmica da Nova Economia é relativamente simples: a revolução tecnológica da telemática (computadores e telecomunicações) causou o aumento de produtividade, acirrou a concorrência e criou novas oportunidades de investimento. Estes três fatores provocaram o aumento do potencial de crescimento, assim como elevaram o patamar de crescimento efetivo da economia norte-americana. O crescimento econômico (pela expansão da oferta e demanda de bens e serviços) aumentou a renda, reduziu o desemprego e manteve a inflação em níveis baixos.

Apresentando de outra forma: a revolução da tecnologia da informação (computadores e Internet) permitiu o aumento de produtividade por meio, por exemplo, das redes eletrônicas que interligam produtores e fornecedores, pelo avanço da terceirização, pela relação mais estreita entre produtores e consumidores (comércio eletrônico, conhecido como *e-commerce*), e pela automação. As novas tecnologias de

produção, produto e comercialização (venda de produtos pela Internet) também criaram novas oportunidades de investimento e, portanto, de aumento da renda. Esta ruptura do paradigma tecnológico e organizacional também significou um processo de ‘destruição criadora’, que acirrou a concorrência com a introdução de novos produtos, processos de produção e métodos de comercialização, e com a entrada de novos produtores no mercado.

### FETICHISMO TECNOLÓGICO OU EMBRIAGUEZ HIGH-TECH

Os otimistas, freqüentemente, são reacionários. Eles têm medo da realidade e dos desafios que ela impõe e, portanto, são avessos a mudanças. Neste final de século, os otimistas também parecem viver uma embriaguez *high-tech*, mais precisamente, parecem adeptos de um fetichismo tecnológico. O fetichismo é a adoração de “objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto” (*Dicionário Aurélio*). Na visão dos fetichistas, a tecnologia surge, assim, como um *deus ex machina*, todo-poderoso e onipresente para explicar o extraordinário desempenho recente da economia norte-americana.

Os adoradores da nova tecnologia e defensores da Nova Economia crêem que o mundo mudou radicalmente em função da revolução da tecnologia da informação. Neste novo paradigma, o insumo fundamental é a informação e a principal ‘energia’ do sistema de produção é o semicondutor. O meio de transporte central da Nova Economia é a Internet. Neste novo mundo, os fetichistas extasiam-se com a venda de produtos pela Internet e maravilham-se com investidores conectados dire-

## Os fetichistas extasiam-se com a venda de produtos pela Internet e maravilham-se com investidores conectados diretamente às bolsas de valores de todo o mundo

tamente às bolsas de valores de todo o mundo.

A globalização que já excitava muitos impressionistas, torna-se quase um fenômeno divino quando se observa que as empresas usam redes de computadores para comunicação em tempo real entre matriz e filiais em todo o mundo. Devido à rede eletrônica mundial (*web*), os fetichistas sentem seu cosmopolitismo se realizar, pois podem estar presentes em qualquer lugar a qualquer tempo. Afinal, os adoradores da nova tecnologia podem ‘surfear’ no *site* do Museu do Louvre e, em seguida, no *site* do *globalsex.com*, sem sair de casa. É a embriaguez *high-tech* na atividade de lazer: bebe-se muita informação (freqüentemente, irrelevante).

A embriaguez *high-tech* também se manifesta no trabalho, e ela nem sempre está orientada para aumentar a eficiência produtiva. Segundo pesquisa recente, os *sites* mais visitados durante o horário de trabalho são os de entretenimento (*The Economist*, 17 de junho de 2000, p. 78). Mesmo no trabalho, a Internet aparece como uma distração.

### PRODUTIVIDADE: O TRIGO E O JOIO

Na dinâmica do crescimento econômico, o elemento-chave da Nova Economia é o aumento de produtividade. Isto

significa poder produzir mais bens e serviços com a mesma quantidade de fatores de produção (terra, capital e trabalho). Não há dúvida de que, nos últimos anos, houve um aumento extraordinário da produtividade na economia dos Estados Unidos. Entretanto, estudos recentes mostram que, de modo geral, esse crescimento extraordinário tem-se concentrado na própria indústria de computação e nas indústrias de bens de consumo duráveis. Os dados mostram que no restante da economia norte-americana (86% do valor da produção) os ganhos de produtividade não têm sido superiores aos seus níveis históricos.

Os otimistas podem, naturalmente, argumentar que é só uma questão de tempo até que os ganhos de produtividade da indústria de computação atinjam o resto da economia. Eles podem usar como evidência o fato de que nos Estados Unidos, “uma empresa em cada cinco utiliza a Internet para suas compras e vendas, e uma em cada cinco tem a intenção de fazê-lo em breve” (*Le Monde Diplomatique*, edição brasileira, Ano 1, No. 4, 2000).

Por outro lado, pode-se argumentar que a Internet não pode ser considerada uma ‘invenção de primeira ordem’. Invenções de primeira ordem são aquelas que implicam na produção de bens e serviços inteiramente novos. Por exemplo, o uso da Internet na relação entre produtores e consumidores consiste, na realidade, em uma substituição de outros meios como a televisão, jornal, rádio, correio, telefone, o balcão e o sistema ‘vendedor’ na porta. Neste sentido, a Internet, simplesmente, substitui outros serviços.

O ponto a destacar é que, talvez, o fôlego desta revolução tecnológica assentada na computação e nas telecomunicações não tenha os efeitos dinâ-

micos observados em outras fases de inovação do capitalismo. A primeira fase ocorreu na virada do século XVIII para o século XIX com a invenção da máquina a vapor, que deu início à Revolução Industrial. A segunda fase surgiu em meados do século XIX com as estradas de ferro e a produção de aço em larga escala. A terceira fase começou no início do século XX com a eletricidade, o motor a explosão e os produtos químicos. A quarta fase iniciou-se em meados do século XX, após a II Grande Guerra, com os petroquímicos, a eletrônica e a aviação.

Em todas as fases ou ondas de inovação tecnológica houve um forte processo de 'destruição criadora', por meio do qual novos produtos e processos substituíram os antigos. É uma questão pendente saber até que ponto a revolução da tecnologia da informação constitui-se em um verdadeiro processo de 'destruição criadora', com o escopo e a profundidade dos processos anteriores.

#### O IMPULSO FINANCEIRO

Nos Estados Unidos, há uma diferença marcante entre a década de 1980 e a de 1990. Na primeira, o crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento do consumo privado e dos gastos públicos, enquanto, na segunda, o crescimento deveu-se, sobretudo, à expansão do consumo e do investimento privado. As taxas médias de poupança e de investimento doméstico dos Estados Unidos ao longo da década de 1990 são inferiores às suas taxas históricas. Este fato refere-se à taxa de poupança privada, e às taxas de investimento privado e público. A componente da taxa de poupança privada correspondente às empresas não se alterou significativamente ao longo do ciclo expansivo. A redução da poupan-

### Até que ponto a revolução da tecnologia da informação constitui-se em um verdadeiro processo de 'destruição criadora' com o escopo e a profundidade dos processos anteriores?

ça privada deveu-se à queda extraordinária da poupança individual (dos domicílios).

No que diz respeito à redução da poupança privada deve-se levar em conta o impacto do aumento de riqueza sobre o consumo. Nos Estados Unidos, 57% da riqueza privada (pessoas físicas) consiste de ativos financeiros e 43% da população adulta tem investimentos no mercado de ações. As ações representaram 28% da riqueza financeira dos domicílios em 1997. O aumento do preço real das ações tem um efeito em termos de aumento de riqueza e, portanto, de aumento do consumo privado e redução da poupança das famílias. As estimativas mais recentes indicam que o aumento real dos preços das ações provocou o crescimento do consumo de 0,43% em 1995, 0,51% em 1996 e 0,84% em 1997. Este impacto representou aproximadamente 1/4 do crescimento total do consumo em 1997.

Neste sentido, a valorização financeira tem sido uma importante fonte de expansão da produção ao provocar o aumento do consumo privado nos últimos anos do século XX. A questão central reside em saber até quando deve durar esse processo de valorização financeira. Não é por outra razão que alguns analistas argumentam que há "um cheiro de anos 30 no ar".

#### CONCLUSÃO

Os otimistas acham que o capitalismo está diante de uma nova era (a era da Nova Economia). Por outro lado, os críticos argumentam que esta trajetória não é sustentável, pois o combustível da 'locomotiva' norte-americana não é tanto o progresso tecnológico e, sim, o efeito riqueza financeira associado à exuberância irracional do mercado de capitais nos Estados Unidos. Esta exuberância irracional expressa-se na volatilidade do mercado de capitais, quando, por exemplo, houve a queda abrupta de 14% (em um só dia no início de abril) do índice Nasdaq, que mede a evolução dos preços das ações de empresas de alta tecnologia.

Os 'marqueteiros' da Nova Economia ainda não conseguiram convencer que o crescimento extraordinário da renda e da produtividade nos Estados Unidos a partir de 1996 é um fenômeno sustentável. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que estima um crescimento de 4,4% da renda norte-americana em 2000, apresenta a previsão de um crescimento de 3% em 2001 (FMI, *World Economic Outlook*, maio 2000).

Os otimistas e fetichistas tecnológicos não conseguiram sequer demonstrar que os ganhos de produtividade são significativamente diferentes dos observados em outros períodos de crescimento acelerado, quando os dados são ajustados levando-se em conta os ciclos econômicos. O progresso tecnológico, e o crescimento extraordinário da renda e da produtividade nos Estados Unidos a partir de 1996, são fatos inegáveis. Entretanto, a grande questão reside em saber até que ponto esta trajetória é sustentável. ☐

Reinaldo Gonçalves, professor-titular de Economia Internacional da UFRJ.

# População de rua:

## anotações em torno da metodologia

Jorge Muñoz

Apesar de o Autor pretender “colaborar com as pessoas envolvidas”, estas linhas vão mais longe no desafio a todos nós, a toda a sociedade pela “conquista de políticas sociais públicas”

O presente artigo pretende colaborar com as pessoas envolvidas nos mais diversos trabalhos com migrantes e população de rua e que visam criar condições para que possam reconstruir suas vidas e sua cidadania. Tal colaboração quer ser uma resposta à pergunta freqüente dos educadores e técnicos inseridos — em diferentes níveis — nesses trabalhos: como lidar com essas populações? ou, de outra maneira, qual seria a metodologia adequada para esse tipo de intervenção social?

As propostas que farei a seguir baseiam-se na reflexão analítica e em pesquisas de práticas concretas de atendimento a esses grupos. Digamos, então, que se o que se busca é a definição de uma metodologia socioeducativa — porque diz respeito a modos de ver e pensar, a relações, valores e comportamentos — apontaria, em princípio, as seguintes referências.

*É preciso ter claro o que se pretende com tal intervenção social. Ter claro o ponto de chegada.*

Existe uma íntima relação entre o que se quer e os encaminhamentos e procedimentos a serem utilizados. Se o que se pretende é simplesmente tirar essa população da vista dos pedestres, dificilmente serão criados serviços de efetivo acompanhamento, de resgate da auto-estima e confiança, ou seja, serviços que criem condições para novas e livres opções de vida. O que se verá, será o ‘arrastão’ ostensivo ou não, a proibição para que essas pessoas desembarquem na rodoviária, a generosa distribuição de passagens para continuarem a viagem, etc. Aliás, a própria abordagem inicial estará direcionada pela proposta de intervenção, pelo ponto de chegada que se tem no horizonte.

*É preciso dispor de um mínimo de informações sobre o perfil dos grupos com os quais se trabalha.*

Quem são essas pessoas? quais suas histórias? como foi que acabaram na rua? quais as expectativas? Quanto melhor for o conhecimento dos grupos a serem trabalhados, melhores serão as condições para definir uma metodologia adequada.

Não esquecer que os moradores de rua, com freqüência sofreram rupturas marcantes em suas vidas (local de ori-

gem, família, amigos, cultura) e a exclusão deles passa pela quebra de dois eixos relacionais de fundamental importância na atual sociedade: as relações de trabalho e as familiares. As pesquisas apontam como determinantes — entre os fatores que influem na ida dessas pessoas para a rua — os problemas familiares, os ligados à subsistência e/ou familiar, os habitacionais e de saúde.

As condições de vida na rua, decorrentes deste tipo de exclusão — os moradores de rua são excluídos do censo —, acabam estruturando um universo (valores, representações, significações) diferente do universo do educador. Para quem se propõe um trabalho educativo entre essa população, é imprescindível o acesso a esse universo.

*É preciso ter claros os valores a serem privilegiados.*

Eles são, ao mesmo tempo, ponto de partida e meta no horizonte; aliás, eles perpassam e caracterizam toda ação educativa.

No trabalho com a população de rua se estabelece — conforme apontado — uma relação entre dois universos, o do educador e o daquela população. Nessa relação há encontros e desencontros de valores e contravalores.

Por um lado, precisará estar aberto

à crítica dos seus valores e, por outro, atento para questionar o que considera contravalor. O desafio metodológico, apresenta-se aqui, em redor da busca em conjunto de referências que, norteando as diferentes relações, venham revigorar a vida e reinventar a esperança. Essas referências desenharam o rosto da própria intervenção socioeducativa, e dão condições para novas relações.

*É preciso atentar para as relações, particularmente para as relações de poder.*

Habitualmente os primeiros contactos entre educador e morador de rua

acontecem ou por iniciativa daquele (abordagem na rua) ou por iniciativa deste, que se aproxima na procura de algum serviço. Em ambos os casos, esses contactos — e os seguintes — dão-se no interior de relações de poder desiguais. Além de certa segurança nas condições de vida, de que o morador de rua carece, não raro, o educador tem a faculdade de permitir ou não o acesso deste a comida, a pernoite, a passagem, a atendimento médico...

Esta situação inicial pode apontar para uma relação de dependência, que deverá ser superada na medida em que essa população passe gradativamente a assumir responsabilidades, a se posi-

cionar e participar nos diversos encaminhamentos, a ir decidindo nas questões que lhe dizem respeito.

É fundamental que as relações que vão se estabelecer ao longo do processo socioeducativo, além de serem qualitativamente diferentes das que se vivenciam nesse contexto de exclusão, contribuam para que as pessoas se encontrem consigo e com a sociedade. Devem ser relações pautadas, antes de mais nada, pelo acolhimento, pelo respeito mútuo, pela confiança recíproca, pela convivência solidária e pela efetivação dos direitos humanos.

*É preciso apostar no processo.*

Os percursos dolorosos e marcantes que desembocaram na rua se processaram ao longo de certo tempo. Dificilmente se revertem em vinte e quatro horas. Ou seja, se o que se pretende efetivamente é um resgate dessas pessoas, o reerguimento da autoestima, da confiança, das forças a fim de partir para outra etapa na vida, será preciso um processo substancialmente diferente do que desembocou na rua. Um processo que não se reduz a intervenções pontuais, nem à soma de tais intervenções.

Trata-se de um processo que consiga chegar lá e reconstruir o que se quebrou. Processo que exigirá paciência, capacidade de diálogo e uma enorme confiança no outro, nas reservas que permitam esta nova etapa na caminhada. Um processo cujo conteúdo e forma estarão dados exatamente pelos valores, as relações, os procedimentos que caracterizam esta proposta. Neste caminho, o educador é peça fundamental e ponto de reencontro dessa população com uma sociedade que o acolhe em lugar de discriminá-lo.



Douglas Mansur

## ESTATUTO PROCLAMADO E NÃO CUMPRIDO

Oswaldo Russo

O perfil demográfico brasileiro possui característica ainda bastante jovem. O quantitativo de crianças e adolescentes, pessoas com idade até dezessete anos, atinge aproximadamente 64 milhões de pessoas, o equivalente a 39% da população brasileira, das quais mais de 80% com idade inferior a 14 anos. A maior parte pertence às famílias pobres do Brasil, portanto, sujeita a situações de maior risco social e vital.

O relatório Situação Mundial da Infância 1999, do Unicef, constata a gravidade das condições de vida das crianças e dos adolescentes nos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, 25% das crianças que entram na escola primária abandonam os estudos antes de chegar à quinta série. O Brasil e a Guatemala apresentam as taxas de repetência mais altas, acima de 15%, indicando problemas na qualidade da educação. Nove mil das 256 crianças que nasceram no Brasil em outubro passado morrerão antes de completar um ano de idade. Por outro lado, 21% dos pais são analfabetos e 27% possuem renda familiar inferior a meio salário mínimo *per capita* por mês. Apesar de 95% das crianças terem acesso à escola, apenas 59% completam a oitava série. A partir dos 10 anos, 17% das crianças trabalham para ajudar à família, sendo que entre 15 e 17 anos esse percentual sobe para 46%. Entre os 193 países pesquisados, o Brasil está classificado entre os 84 países com maior taxa de mortalidade infantil, 44 crianças em 1000 morrem antes de

atingir cinco anos de idade, enquanto a taxa média dos países industrializados situa-se em 7 mortes para cada 1000 crianças.

Esse retrato vergonhoso reafirma a urgência de o Brasil implementar medidas imediatas de combate à pobreza e proteção à família, bem como redefinir as prioridades de investimentos públicos para fortalecer as políticas de educação, saúde, saneamento básico, reforma agrária e assistência social. Ao não revolucionar as políticas públicas, atribuindo-lhes um sentido ético, o Brasil expõe as nossas crianças a uma situação extrema de risco, na qual as mais pobres ficam mais vulneráveis às mazelas reveladas pelos indicadores sociais.

Ao completar 10 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui uma lei proclamada e não cumprida. A sua simples e efetiva aplicação significaria uma autêntica revolução no seio da sociedade ao garantir à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, com mais recursos e oportunidades para crescerem felizes e integrarem um Brasil de todos.

Oswaldo Russo é presidente da ONG Opção Cidadania e ex-secretário da Criança e Assistência Social do Distrito Federal.  
Rets, nº 91, 26/6/2000 a 3/7/2000  
[http://www.rits.org.br/rets/edicoes\\_a/ed270600\\_2/re\\_editorial.cfm](http://www.rits.org.br/rets/edicoes_a/ed270600_2/re_editorial.cfm)

*É preciso ter uma estratégia que comprometa governos e sociedade civil.*

Se a leitura que se faz da presença de moradores de rua aponta como um fator determinante para tal situação as relações desiguais reinantes na nossa sociedade, intermediadas por políticas e práticas socioeconômicas excludentes, a proposta metodológica não pode

circunscrever-se a uma ação educativa que se esgote no acompanhamento dessa população. Fazemos parte de uma sociedade que, na sua organização e funcionamento, não permite o acesso igualitário aos bens nela produzidos, às possibilidades de efetiva participação, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde.

Se o que se pretende efetivamente é um resgate dessas pessoas, o reerguimento da autoestima, da confiança, das forças, a fim de partir para outra etapa na vida, será preciso um processo que não se reduz a intervenções pontuais

Enquanto nossa intervenção social não coloca entre suas metas a conquista de políticas sociais públicas — no município, no estado e no País — que ampliem a participação e superem as desigualdades, estaremos distantes dos fatores determinantes dessa exclusão. E para que as políticas sejam públicas, a sociedade civil precisa preencher seu espaço político na qualidade de interlocutora dos governos, superando uma certa cultura de não participação.

Daí que a proposta metodológica não pode prescindir de uma ação para que a sociedade civil além de mobilizar-se e organizar-se em movimentos de solidariedade, crie instâncias de reivindicação, e pressão sobre os governos.

Eis as anotações que no momento considero procedentes. É minha expectativa que elas colaborem com o instrumental que os envolvidos nos trabalhos com migrantes e população de rua dispõem para sua intervenção socioeducativa.

Jorge Muñoz, sociólogo e integrante de Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.

# A monarquia universal

Eduardo Galeano

FMI, Banco Mundial, Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, instâncias de fachada. Uns poucos fazem e desfazem, mandam e desmandam. A maioria cumpre. É o domínio do mais forte. Mas em Seattle (recentemente em Praga), os 'loucos' desobedecem e resistem

A cortina de ferro já se desmoronou como purê e as ditaduras militares são um pesadelo que muitos países já deixaram para trás. Vivemos, então, num mundo democrático? Inauguramos este século XXI a era da democracia sem fronteiras? Um luminoso panorama com umas poucas nuvens negras que confirmam a claridade do céu?

Os discursos prestam pouca atenção aos dicionários. Segundo os dicionários de todas as línguas, a palavra democracia significa "governo do povo". Mas a realidade do mundo de nosso tempo se parece, ao contrário, a uma *poderocracia*: uma *poderocracia* globalizada. Dia a dia em cada país se vão diminuindo as margens cada vez mais estreitas de manobra dos políticos locais que, em regra geral, prometem o que não farão e que, muito ra-

ramente, têm a honestidade e a coragem de anunciar o que farão. Denomina-se de realismo político o exercício do governo como dever de obediência: o povo assiste às decisões que tomam, em seu nome, os governos comandados pelas instituições que a todos nos governam, em escala universal, sem necessidade de eleições.

A democracia é um erro estatístico, costumava dizer Jorge Luís Borges, porque na democracia é a maioria que decide e a maioria é formada por imbecis. Para evitar esse erro o mundo de hoje outorga o poder de decisão aos poucos, muito poucos, que o compraram.

## O FMI E O BANCO MUNDIAL

Na época do esplendor democrático de Atenas, uma pessoa em cada dez tinha direitos cidadãos. Vinte e cinco séculos depois, é evidente que os gregos exageraram na generosidade. O Fundo Monetário Internacional é formado por 182 países. Destes, 177 "não fedem nem cheiram". O Fundo Monetário, que dita as ordens no mundo inteiro e em todas as partes decide o destino humano e a frequência de vôo das moscas e a altura das ondas, está nas mãos dos cinco países que tem 45% dos votos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Grã Bretanha. Os votos dependem das contribuições de capital: quem mais tem pode mais. Vinte e três países africanos totalizam, entre todos 1%; os Estados Unidos dis-

põem de 17%. É a igualdade de direitos traduzida nos fatos. O Banco Mundial, irmão gêmeo do FMI, é mais democrático. Não são cinco os que decidem, mas sete. Cento e oitenta países integram o Banco Mundial. Deles, 173 aceitam o que mandam os sete países donos de 45% por cento das ações do Banco: Estados Unidos, Alemanha, Japão, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá. Além disso os Estados Unidos têm poder de veto.

## AS NAÇÕES UNIDAS

O poder de veto significa, em bom português, todo o poder. A Organização das Nações Unidas (ONU) é algo assim como a grande família que a todos nos reúne. Na ONU os Estados Unidos compartilham o poder de veto com a Grã-Bretanha, França, Rússia e China: os cinco maiores fabricantes de armas que, graças a Deus, velam pela paz mundial. Estas são as cinco potências que tomam as decisões, no frigidar dos ovos, na mais alta instituição internacional. Os demais países têm a possibilidade de formular recomendações, que isso não se nega a ninguém.

## A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Tem direitos que são outorgados para não serem usados. Na Organização Mundial do Comércio (OMC) todos os países podem votar em igualdade de condições; mas jamais se vota. "O voto por maioria é possível, mas nunca

foi utilizado na OMC e era muito raro no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o organismo que a prece-  
deu”, informa sua página oficial na Internet. As resoluções da Organização Mundial do Comércio são tomadas por consenso e a portas fechadas, o que, se me lembro bem, era o sistema utilizado pelas cúpulas do poder stalinista, para evitar o escândalo da dissidência, antes da vitória da democracia no mundo.

Assim a OMC executa em secreto, impunemente, o sacrifício de centenas de milhões de pequenos agricultores

## Cinquenta mil desobedientes tomaram as ruas da cidade de Seattle, no final do ano passado, e despiram, diante da opinião pública, a um dos reis da monarquia universal

de todo o planeta nos altares da liberdade de comércio. Entretanto, nem tão em segredo e nem tão impunemente: até há pouco tempo ninguém sabia muito bem o que era isso da OMC,

mas as coisas mudaram quando cinquenta mil desobedientes tomaram as ruas da cidade de Seattle, no final do ano passado, e despiram, diante da opinião pública, a um dos reis da monarquia universal. Os manifestantes de Seattle foram chamados de foragidos, loucos, desorientados, pré-históricos e inimigos do progresso pelos grandes meios de comunicação.

Por alguma razão será!



Eduardo Galeano é escritor.  
Tradução de Zwinglio M. Dias.  
<http://www.pagina12.com.ar>

NOTA DA CAMPANHA POR UM BRASIL LIVRE DE TRANSGÊNICOS

### COMUNICADO SOBRE A PROPOSTA DE MEDIDA PROVISÓRIA SOBRE TRANSGÊNICOS

Caros amigos

O governo atual está elaborando uma Medida Provisória (MP) alterando a Lei 8.974/95 que cria a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) e define suas atribuições. A minuta já está circulando entre os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde.

A nova MP passa a atribuir à CTNBio poder de liberar transgênicos para plantio e consumo no país, limitando o papel do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde apenas à fiscalização das suas decisões. Atualmente o papel da CTNBio é o de dar pareceres, mas não de decidir.

A escolha dos 18 integrantes da CTNBio dependerá do Ministério da Ciência e Tecnologia (o que já acontece hoje) e significa que estará totalmente subordinada aos interesses da indústria.

A CTNBio passa a ser responsável pela definição dos critérios de avaliação e monitoramento dos riscos ao consumo e ao meio ambiente que serão utilizados pelas empresas para a realização de estudos. Caberá também à CTNBio avaliar os estudos apresentados pelas empresas. Isto anularia o esforço atual do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que está justamente elaborando estes critérios.

A CTNBio será responsável pela elaboração de normas e regulamentos relativamente às atividades e projetos relacionados com transgênicos. Podemos contar com normas e regulamentos bem favoráveis aos interesses das empresas.

Os órgãos dos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura terão função apenas fiscalizadora, quando for o caso e após autorização da CTNBio além da emissão do registro de produtos contendo organismos geneticamente modificados (OGM) a serem comercializados para consumo humano, animal ou em plantas. Notar bem que o papel é só de registro; a decisão fica com a CTNBio.

No que concerne às importações a CTNBio terá o poder de liberação sendo-lhe facultado levar ou não em consideração pareceres técnicos de outros países. Em outras palavras, produtos proibidos na Europa, por exemplo, poderão ser liberados no Brasil, a critério da CTNBio.

A CTNBio será responsável pela classificação dos OGM segundo o grau de risco que ofereçam. No caso de uma classificação que implique em potenciais riscos significativos para o meio ambiente a CTNBio poderá exigir Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Podemos contar com uma classificação em que nada representará risco significativo. Na verdade, a CTNBio se arvora em avaliadora de risco ambiental sem estudo de impacto

ambiental. Fica claro que qualquer produto já utilizado em outro país será considerado sem risco como vem afirmando repetidamente o anterior e atual coordenadores da CTNBio. Este dispositivo contraria explicitamente a legislação vigente e resoluções específicas do Conama.

Para resumir, o governo está, mais uma vez, atropelando a legislação vigente e as atribuições de vários organismos governamentais relacionados com o meio ambiente e a saúde do consumidor para dar plenos poderes à CTNBio para liberar os transgênicos.

Convocamos todos os interessados na problemática da introdução dos transgênicos no Brasil a manifestar sua inconformidade com mais este ato de submissão explícita aos interesses das empresas e desprezo pelos interesses dos consumidores e pelo meio ambiente. Denunciem à população esta ameaça contida na MP em discussão e mobilizem uma campanha de mensagens aos ministérios abaixo relacionados manifestando repúdio a mais este atropelo da lei.

*Coordenação da Campanha "Brasil livre de transgênicos"*

Na internet acesse [http://daterra.org.br/boletins/boletim\\_aspta.htm](http://daterra.org.br/boletins/boletim_aspta.htm)

# Sou obrigado a votar...

Era uma manhã luminosa e fresca. Pais, mães, crianças, namorados, velhos: todos tiveram a mesma idéia: o parque. E o parque se encheu de alegria. Era uma felicidade geral...

Mas, de repente, uma coisa estranha aconteceu, parecia pesadelo, um cenário montado por Kafka. O parque se encheu de figuras bizarras, vindas não se sabe de onde, usavam máscaras, na maioria sorridentes, falavam todos ao mesmo tempo, gritavam, acusavam-se, ofendiam-se, montavam cenas de teatro, tentavam atrair um público, diziam todos as mesmas coisas, haviam decorado o mesmo *script*, certamente eram artistas de algum teatro.

Alguns, dentre aqueles que haviam ido ao parque, vendo frustradas suas esperanças de tranqüilidade, procuraram silêncio dentro de grutas. Inutilmente. Havia televisões e alto-falantes em todos os lugares. Não se conformando, foram se queixar aos guardas. Argumentaram que espetáculo bizarro, grotesco e barulhento como aquele não podia ser permitido. Os guardas não fizeram nada. Disseram que os artistas tinham permissão das autoridades.

Desesperados, resolveram voltar às suas casas. Mas os portões haviam sido fechados. E neles estava um aviso: "Os portões só serão abertos depois que todos aplaudirem e pagarem pelo espe-

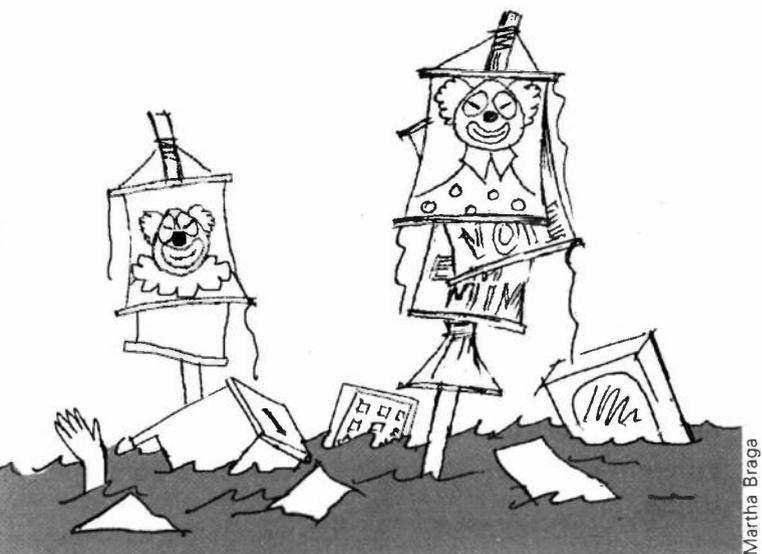
táculo. Os que se recusarem a aplaudir e a pagar serão severamente punidos."

Não é necessário explicar. É uma parábola da nossa situação política. Esforço-me para pensar com clareza. Frequentemente consigo. Mas diante do espetáculo pré-eleitoral minha razão entra em colapso. Fogem-me as idéias coerentes. Invoco, em meu socorro, aqueles que pensaram racionalmente sobre a política: Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Maquiavel, Tocqueville. Suas idéias são maravilhosas. Mas não me ajudam. O que acontece no Brasil está muito além da imaginação.

Nossa política não pode ser entendida com cabeça de filósofo. Só pode ser entendida com cabeça de bufão. George Orwell chegou a conclusão semelhante. Por isso, deixando de lado o discurso filosófico, adotou o estilo do humor. Escreveu o seu livro *Animal Farm* (em português apareceu como *A revolução dos bichos*). Todo mundo deveria lê-lo para rir e para ficar mais sábio. A sabedoria só pode ser aprendida e dita com o riso. É a estória de uma fazenda em que a bicharada resolveu fazer uma revolução democrática contra o fazendeiro. Nada mais racional. Mas quem leu o livro se lembra do final: o cavalo, que fazia o trabalho pesado, termina seus dias numa fábrica de mortadela, enquanto os gordos porcos, liderança política, assumem democraticamente o poder em alianças secretas com o fazendeiro deposto.

Minha vontade é sair do parque. Mas o portão está fechado. Sou obrigado a participar da farsa. O que me deixa furioso: o ato de participação implica em que dou o meu aval ao jogo. Mas eu sei que os dados estão viciados.

Relutantemente decido-me, então, a entrar no jogo. Abandono os filósofos. Visto minha fantasia de bufão. Aconselhado por Ulisses, o herói grego, entupo meus ouvidos com cera. Não quero escutar nada do que se fala. O que se fala não é para ser acreditado. Além disso tomo a decisão



Martha Braga

de tornar-me analfabeto. Quero poupar-me do sofrimento de entender o que se escreve. Essa é uma ocasião em que as palavras nada significam. A política não é o jogo da verdade. Na política o que importa não é ser, mas parecer ser.

Política não se faz com a verdade. Política se faz com imagens. Gastou-se uma fortuna para corrigir o sorriso de Carter, quando esse se candidatou à presidência dos *States*. Para a cabeça do eleitor um detalhe de um sorriso pesa mais que uma ideologia. Collor foi eleito porque aos olhos do eleitorado ele era mais bonito que o Lula. A maioria dos pais queria ter filhos parecidos com o Collor e não com o Lula. O povo, essa unidade amorfa sobre a qual se assenta a democracia, não é racional.

Dentre todos os candidatos, um deles chamou a minha atenção pelo seu profundo conhecimento intuitivo da psicologia do eleitorado. Não colocou nos *outdoors* que o anunciam, nem promessas nem fotografias coloridas. Colocou apenas, ao lado do seu número e do apelido diminutivo por que é conhecido, uma bola de futebol. Quadrículada em preto e branco. Ele sabe que a psicologia do eleitorado é a psicologia da torcida. A psicologia da torcida ignora idéias e ética. Por amor ao nosso time todos os crimes são permitidos e perdoados. "Vote em mim! Será um gol para o nosso time!" é isso que o *outdoor* do referido candidato está dizendo. Será reeleito pela torcida.

Surdo a tudo o que dizem os candidatos limito-me a observar as imagens. Aquele é o bufão mor, ator consumado. Sabe representar todos os papéis. Na igreja católica faz sinal da cruz, em igreja evangélica levanta a mão e fecha os olhos, em candomblé, imagino, aceitaria ser cavalo de orixá. Sua ousadia não tem limites. Tocado de piano em horas vagas, em gestão anterior arranhou para que, num concerto para seis pianos e orquestra, ele fosse um dos seis pianistas ao lado de cinco consagrados pianistas brasileiros.

Um outro gostava de posar de pregador evangélico, com a Bíblia na mão. Candidato com a Bíblia na mão está dizendo: "Tenho ligação direta com Deus". Exorcizo. Quem acredita ter ligação direta com Deus não precisa ter ligação com os homens. Se sei o que Deus deseja, por que perder meu tempo com aquilo que os homens desejam? Todo político que cita Deus é um ditador em potencial.

Um outro conquistou fama mundial extraordinária. Um jornal inglês, o *Times*, se não me engano, produ-

ziu um livro com as biografias das personalidades que moldaram o século XX: Einstein, Freud, Hitler, Fleming, Albert Schweitzer, Churchill, Kennedy — ao lado de muitos outros, em ordem alfabética. O livro foi traduzido para o português. Aí algo inexplicável e extraordinário aconteceu. O nome do referido político apareceu milagrosamente no lugar daquele que lá se encontrava na edição inglesa, ocupando mais espaço que a biografia de Kennedy. Que santo terá operado tal milagre?

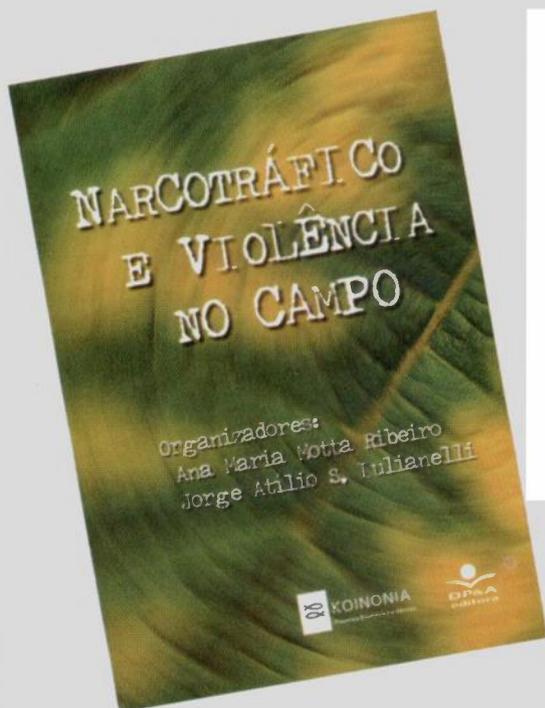
Os outros sobre os quais não tenho nenhum portento circense a relatar não me provocam entusiasmo. Fico indiferente. Não acredito. Votarei num deles, como autômato.

Imagine se você quer construir uma casa. Procura três firmas de arquitetura. Você diz o que você deseja e quais são os seus recursos. Elas preparam projetos. O primeiro é lindo: você se entusiasma. Mas é caro demais. Faltam-lhe os recursos. A segunda empresa começa por lhe dizer quanto vai custar a obra. Você se alegra porque o projeto está dentro do seu orçamento. Mas quando você vê o projeto o seu entusiasmo se vai. É um horror. O terceiro não é grandioso como o primeiro, mas você gosta dele. E para ele você tem os recursos. Esse é o projeto que você escolhe.

Democracia deve ser assim. Os partidos são os construtores. Cada um deve apresentar um projeto da casa-país que se propõe a construir. A democracia começa quando o eleitor escolhe o projeto menos ruim. Acontece que eu não tenho idéia alguma do projeto inteiro. Algum político terá? O que prometem são maçanetas, janelas, fechaduras, telhados, pias, privadas. Nada me dizem da casa inteira e nem de onde vão tirar os recursos para a construção. Todos prometem as mesmas coisas: segurança, estradas, indústrias, empregos, educação, saúde: mas, qual é o projeto?

Não quero votar. Não quero dar o meu aval ao processo. Mas sou obrigado a votar. Como não posso acreditar nas construtoras por estarem falidas de idéias e de recursos, vou votar como não devia. Há partidos que mais se parecem com uma família da Máfia, em torno do seu dom Corleone. Nesses não voto, mesmo que o candidato seja 'bonitinho'. Meus candidatos, escolhi porque não acredito em sua integridade e inteligência. Será um voto triste, sem entusiasmo e sem esperanças de ver construída a casa-país com que sonho.





O narcogronegício – tema conhecido pela imprensa mas pouco estudado – recebe agora por KOINONIA, com a colaboração do Núcleo de Referência Agrária/Observatório Fundiário Fluminense, da Universidade Federal Fluminense, um tratamento altamente competente. Os pesquisadores que unem seriedade acadêmica, com o contacto direto com esta anti-realidade e com empenho ético-político, nos oferecem um quadro alarmante e objetivo desse capitalismo do ilícito. O volume de dinheiro movimentado faz com que pertença ao agronegício, não obstante seu caráter criminoso. A massa camponesa se vê duplamente oprimida: pela superexploração dos ligados à narcoplanta e pelo fato de se verem transformados em agentes do crime e, por isso, diretamente, submetidos à repressão dura do Estado. Essas e outras articulações do tema são analisadas com acuidade e pertinência pelo presente trabalho, enriquecido pela contribuição de um especialista colombiano, Vilaveces, sugerindo alternativas aos camponeses, impedindo assim que o Brasil se torne uma reprodução da Colômbia.

Leonardo Boff

---

NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA NO CAMPO  
Ana Maria Motta Ribeiro e Jorge Atílio Iulianelli  
(organizadores)  
Co-edição KOINONIA/DP&A Editora  
R\$ 22,00  
Pedidos (21)224-6713 ou <http://www.koinonia.org.br>

---



# Plebiscito confirma: A VIDA ACIMA DA DÍVIDA!

Às 17h00 do dia 20 de setembro, foi concluída a totalização dos votos apurados no Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Votaram, ao todo, 6.030.329 pessoas ou 5,7% do eleitorado brasileiro (dados do TSE referentes a 1998).

Os resultados relativos a cada pergunta foram os seguintes:

## PERGUNTA 1: SOBRE O FMI

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?	Não	5.646.862
	Sim	280.442
	Branco	76.574
	Nulo	26.451

## PERGUNTA 2: SOBRE A DÍVIDA EXTERNA

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?	Não	5.765.954
	Sim	182.462
	Branco	57.954
	Nulo	23.959

## PERGUNTA 3: SOBRE A DÍVIDA INTERNA

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?	Não	5.768.563
	Sim	158.995
	Branco	80.481
	Nulo	22.290

Trata-se de uma iniciativa única em nossa história: um plebiscito de comparecimento não obrigatório, organizado pela sociedade, realizado com lisura e transparência em todas as unidades da Federação, envolvendo cerca de 100 mil voluntários ligados a igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de representação profissional e poderes públicos.

O sucesso do Plebiscito transcende o expressivo número de votantes. Alcançamos quatro grandes objetivos:

- O tema das dívidas, que estava encoberto, voltou a fazer parte do debate nacional.
- Realizamos um importante trabalho de educação política.
- Milhões de pessoas se manifestaram sobre algumas das causas da grave crise econômica e social que afeta o país: a política de endividamento e o acordo com o FMI.

- Contribuímos para a campanha mundial de questionamento aos mecanismos e organismos do sistema financeiro internacional, e de solidariedade aos países pobres altamente endividados.

O Plebiscito atingiu seus objetivos, apesar da postura de grande parte dos meios de comunicação. Estes, ao invés de informar a população, optaram por combater o Plebiscito e deformar seus objetivos, negando espaço para os seus organizadores.

O governo federal, por sua vez, difundiu ataques grosseiros à iniciativa, pressionou as entidades patrocinadoras e chantageou a sociedade com informações incorretas.

Não é uma iniciativa como o Plebiscito que prejudica o país, mas sim a financeirização da economia, que o submete aos "humores" da banca internacional. Nos últimos anos, vários países recusaram as receitas do FMI e do Banco Mundial, criticadas até mesmo por setores dessas instituições internacionais.

A dívida vem sendo "perfeitamente administrada", no dizer dos porta-vozes oficiais, graças a uma política de juros altos, de escancaramento comercial, de privatização das empresas públicas e de precarização das relações de trabalho.

Em outras palavras, estamos numa situação de moratória social, que se expressa num enorme calote de todos os compromissos relativos à educação, à saúde, ao valor do salário mínimo, a uma aposentadoria digna, ao direito ao emprego, à reforma agrária, aos direitos dos povos indígenas e aos demais direitos e garantias constitucionais da maioria de nosso povo.

O Plebiscito não se limitou a dizer "não" à dívida, "não" à especulação e "não" ao acordo com o FMI. O Plebiscito também representa um "sim" a outro modelo econômico, que tenha na promoção da vida um de seus valores fundamentais.

Nossa mobilização continua, agora por uma Auditoria da Dívida, por um Plebiscito Oficial, na formulação de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, na participação do Brasil na campanha internacional Jubileu Sul.

Brasília/DF, 13 de setembro de 2000

*As entidades promotoras do Plebiscito Nacional da Dívida Externa*